

052ª SESSÃO ORDINÁRIA – 12JUN2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ary Castro, falecido no dia de ontem, com 94 anos. Ele foi fundador do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e se casou aos 91 anos de idade, no Asilo Padre Cacique, onde residia com a Sra. Leopoldina Irene de Souza, com 82 anos. O Seu Ary viveu com a Dona Leopoldina por mais quatro anos e foi homenageado, no ano passado, pelo Sindicato, quando recebeu o Troféu Destaque pela criação e desenvolvimento do Sindicato. Por isso, solicito esta homenagem ao Sr. Ary e à sua família.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (14h23min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 003/12. (Pausa.)

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, ao PLCE nº 003/13.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e a todas. Eu queria, muito rapidamente, usar esta tribuna para tratar deste Projeto e aproveito para cumprimentar os

lutadores do Morro Santa Teresa, que também têm um projeto muito importante tramitando na tarde de hoje nas Comissões, que é fruto da luta dessa comunidade assim como este Projeto. Este Projeto nasceu da mobilização das pessoas atingidas com a duplicação da Avenida Tronco. Houve um movimento, que durou quase dois anos, de mobilização da população do bairro Cristal, da Cruzeiro, das comunidades atingidas, do comitê popular da Copa que vem discutindo a questão dos reassentamentos e da violação dos direitos em relação à Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre. Tivemos aqui na Câmara a presença da Raquel Rolnik, relatora da ONU, para discutir a questão da moradia digna e dos direitos à democracia nesse processo de reassentamento, da escolha do lugar, da necessidade de ouvir as comunidades atingidas, da necessidade de buscar o reassentamento na região. Tivemos audiências públicas da Câmara lá na comunidade, onde vimos o anseio do povo lutando pelo direito básico de moradia digna na região. Houve audiências em que o povo mostrou a força da sua mobilização, e é por isso que nós achamos que é muito importante que estas áreas que estão no Projeto, que foram reivindicadas pela comunidade, Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, pois elas foram identificadas pela própria comunidade que buscou áreas na região para garantir que entrassem como Áreas de Interesse Social para as mais de mil pessoas atingidas pela duplicação da Avenida Tronco. É por isso que nós fizemos emendas que corrigem este Projeto. Trouxe um cartaz aqui, que recebi do Comitê Popular da Copa, da Cláudia, do Fernando, dos companheiros dessa luta, que mostra a força desse movimento, que é o “Movimento Chave por Chave”, para as famílias que porventura fossem atingidas, e serão, pela duplicação da Avenida Tronco, com a garantia de uma outra chave, na mesma região, para resguardar o seu direito básico à moradia no local em que construíram, com o suor da sua mobilização, com o suor do seu trabalho, com condições de valorização, asfaltamento, escola, depois de 30 anos de luta dessas comunidades. É por isso que o Comitê fez sugestões de emendas e nós as apresentamos na segunda-feira para que houvesse essa discussão que hoje fazemos. Os Vereadores pediram a transferência da votação para a tarde de hoje, para que nós buscássemos incluir, no corpo do Projeto, três elementos fundamentais. Primeiro, o compromisso de que essas habitações são prioritárias para o reassentamento das famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco, independente da sua renda. Isso está na justificativa do Projeto, mas não está no corpo, e nós precisamos que esteja no corpo do Projeto para resguardar que

a luta daquela comunidade seja respeitada, seja garantida e, de fato, esses terrenos sejam para as pessoas atingidas, em razão da duplicação da Avenida Tronco. Segundo, restando ao fim apartamentos, espaços vagos na região, que sejam priorizados aos moradores que estão em áreas de risco, como é o caso dos da Vila Pedreira. Nós estivemos lá com o Câmara na Comunidade verificando as condições de risco em que as famílias vivem, que também serão atingidas pelo Socioambiental no Arroio Cavallhada, e vimos que há mais de 1,6 mil famílias atingidas pelo Socioambiental. Então, sobrando vagas, que essas famílias tenham prioridade na questão de sobra de vagas. Terceiro, que entre também a gravação do terreno da Jataí com a Raul Moreira, que é para equipamentos públicos, uma das demandas da comunidade. O terreno já foi desafetado e precisa também ser gravado como AEIS para garantir escolas, praça, posto de saúde, que são equipamentos fundamentais para garantir moradia digna.

Aproveito para dizer que nós também apoiamos a emenda que garante espaço para as casas de religião; são muitas atingidas nessa questão da duplicação da Avenida Tronco e elas têm que ter o seu espaço garantido nesse reassentamento.

Por isso, com essas emendas, nós podemos garantir que os anseios, a mobilização, as lutas e os sonhos da comunidade sejam resguardados, garantidos, fruto de um espaço de luta do Comitê Popular da Copa e dessas comunidades. E é por isso que nós apresentaremos essas emendas, para garantir que isso esteja no corpo do Projeto, dando mais uma ferramenta de luta para a comunidade e garantindo, sim, que a sua voz seja ouvida nesse processo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco na tarde de hoje, nossos telespectadores e ouvintes, o Ver. Cecchim e eu estivemos, na semana passada, num encontro na Faculdade São Judas Tadeu, onde conversamos com quase 300 alunos sobre a Copa 2014. Aproveitei para falar sobre um encontro de que participei na PUC que tratava de megaeventos. Estava lá uma senhora, de Londres, que comandou as obras de

revitalização de uma área degradada daquela cidade. E ela dizia, meu caro Cecchim, das maravilhas que Londres fez: ela mostrou como era a área num determinado momento e como ficou aquela parte da cidade um ano depois. Aquilo deixou muitos maravilhados pela celeridade da mudança feita numa das cidades mais famosas da Europa e do mundo.

Não me calando, eu fiz uma pergunta a ela: Minha estimada senhora, lá em Londres vocês têm Orçamento Participativo? Vocês têm participação popular? Ela me respondeu que não. Então, se fosse aqui em Porto Alegre, nós faríamos mais rápido ainda. Por que, Ver. Villela? Porque é muito fácil pegarmos uma obra enquanto prefeito, dizer que vamos fazer isso ou aquilo e acabou! Porto Alegre tem uma característica bem diferente que desponta no mundo todo. Agora, aqui, estamos tratando da questão da duplicação da Av. Tronco, uma demanda projetada faz 50 anos. Em 2009, eu voltei à Câmara depois de 12 anos fora, e já se conversava sobre as questões da Av. Tronco. Estamos em 2013: por que esse tempo todo? Porque Porto Alegre se caracteriza pela ouvida do cidadão e da cidadã. Hoje demos aqui um outro passo, e esse passo tem, sim, a presença ativa, atuante e forte da comunidade. Do outro lado, nós temos o Poder Executivo e o Legislativo acompanhando esse processo, com o Executivo caminhando para a execução dele, sempre ouvindo a comunidade local. Por isso nós precisamos fazer uma reverência toda especial à comunidade do entorno da obra, e, também, ao Prefeito Municipal e sua equipe, que souberam caminhar com os processos na medida das demandas do cidadão e da cidadã. Portanto, queremos dizer o seguinte: inúmeras reuniões aconteceram lá, e eu estive presente em algumas delas; inúmeras Audiências Públicas aconteceram em razão dessa obra, e nós estivemos presentes. Isso significa que, já desde, no mínimo, 2009, se discute esse processo que agora toma esta característica. Portanto, a nossa saudação à Câmara de Vereadores, à comunidade e ao Prefeito Municipal pela condução desse processo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/13, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, lideranças comunitárias que acompanham importantes votações desta tarde na Casa, em especial, do Comitê Popular da Copa, que trabalha muito as questões da Tronco e do Cristal, e as lideranças do Morro Santa Tereza, que têm aqui uma tarde importante de análise do seu projeto, da construção da sua caminhada. Sobre esses terrenos que, na segunda-feira, nós já discutimos um pouco neste plenário, eu retomo a importância da votação da AEIS neste dia, que é resultado de muita luta daquelas comunidades. A Av. Tronco está em franco desenvolvimento, e nenhuma moradia – e eu já dizia segunda-feira – foi construída até então para acolher as 1.500 famílias que serão deslocadas, aliás, que já estão sendo deslocadas. Hoje tem um pouco mais de 800 famílias para receber moradia, e nenhuma delas recebeu uma casa construída a partir do diálogo feito antes que a obra da Tronco atingisse a comunidade. É preciso fazer esse registro.

Isso não é pouco: a violência tem ocorrido com as famílias na ameaça cotidiana, na degradação do ambiente no entorno de suas casas em função dos que saem com o bônus-moradia, nos escombros sobrando, na ocupação irregular no entorno, no lixo que se acumula, na insegurança, na escuridão, na pressão e no medo. Muitas casas, inclusive, estão rachadas já que a casa do lado já foi demolida porque a família saiu. A negociação dura com os que terão indenização, e há insegurança em não saber para onde vão. Esses terrenos são resultados da mobilização da comunidade que apontou os terrenos possíveis de serem adquiridos pela Prefeitura para que permanecesse na região. Esta Casa – eu vou repetir porque é importante – recebeu muitas demandas da mobilização da Tronco e do Cristal. Fizemos duas Audiências Públicas lá, Presidente, fora as reuniões aqui no ano de 2011. Nessas reuniões, se cobrava a compra dos terrenos apontados pela comunidade. Hoje, em plena obra da Av. Tronco – obra, inclusive, com irregularidades apontadas, como outras obras da Copa, com sobrepreço –, se chega recém na AEIS.

Então, é muito importante esta votação, é importante! Ela é uma votação que tem, por trás dela, Ver. Janta, muita dor, muita insegurança, muita confusão, muita luta. Eu me lembro das mulheres da Tronco dizendo que passassem o caminhão por cima porque eles não iam sair de dentro de casa. Eu me lembro da vitória do Chave por Chave, uma vitória conquistada – um compromisso do Prefeito! –, depois de todas as mobilizações, numa reunião do Orçamento Participativo. Todos nós testemunhamos o que o Prefeito

disse: “Está bem! Pode até atrasar a obra da Av. Tronco, mas eu me comprometo com o Chave por Chave”. Nós queremos ver esse compromisso! Nós sabemos que as pessoas nessa insegurança, nesse ambiente degradado, estão aceitando o bônus-moradia, um bônus que tem valor abaixo do que é pago hoje pelo custo de cada apartamento que será construído para as famílias; bônus esse que faz com que muitas famílias comprem terreno na praia, em Viamão, em Alvorada, em alguns lugares onde não tem sustentabilidade, onde se afastam da sua comunidade. Muitas famílias tiveram que voltar e acabaram voltando para lugares inadequados em função de terem aceitado o bônus e, depois, não conseguem se estruturar numa nova vida.

Então, é essa carga toda dessa luta toda que ainda precisa de muito cuidado, precisa de áreas de ambiente natural, precisa da proteção ambiental, precisa da garantia de moradia, e não de especulação em torno da Nova Tronco, que nós votamos e votamos para que esses terrenos sejam dos moradores daquela região, dos que têm que ser reassentados.

Quero aqui parabenizar a comunidade pela persistência da luta e dizer que precisamos consagrar essas emendas. A gente já vinha falando na segunda-feira, Fernanda, que estabelecer um valor em salário mínimo poderia cercear alguns moradores. Que bom que está evoluindo! Acho que vamos fazer uma boa votação, honrando a história de luta dessa comunidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero fazer um convite a toda a sociedade porto-alegrense para o lançamento deste livro, que tem tudo a ver com essa discussão. (Mostra o livro.) Este livro é da Sra. Isis Regina, vai ser lançado amanhã, quinta-feira, dia 13 de junho, na Fenac. Ele fala sobre os depoimentos de mães, como essas chefes de família que mudaram a vida e a trajetória de seus filhos. Agradeço a Sinara, da Rede Record, que trouxe carinhosamente esse convite para que possamos nos fazer presentes lá.

Quero, também, fazer um justo agradecimento à Prefeitura de Porto Alegre, à Secretaria da Saúde, que nos encaminhou as vacinas. De público, informo a todos os funcionários da Casa da possibilidade de se vacinarem no nosso ambulatório. Nas primeiras duas horas de vacinação, mostrando a necessidade das vacinas aqui neste Legislativo, já foram 180 pessoas vacinadas. Certamente precisaremos de um incremento dessas

vacinas. Quero fazer este reconhecimento, este agradecimento e convidar os Vereadores para participarem da Sessão Solene no Sport Club Internacional na sexta-feira, às 17h. Os Vereadores que ainda não confirmaram e que desejam ir, por favor, o façam.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/13, por cedência de tempo do Ver. Delegado Cleiton.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadoras e Vereadores, comunidade que nos assiste, o PLCE nº 003/13, do Executivo, como já disse a Ver.^a Sofia Cavedon, chega a esta Casa, e eu acho que cabe a esta Casa discutir não só este Projeto, as obras da Copa, mas todo e qualquer grande empreendimento que venha para Porto Alegre e que ameace as pessoas que moram há 50, 60, 70, 80, 100 anos no mesmo bairro. Eu nasci num bairro pobre de Porto Alegre, no Morro da Cruz, lembro-me que nem as ruas eram asfaltadas, que na frente da casa da minha avó tinha uma bica d'água, e essa comunidade lutou para ter hoje ônibus, asfalto, água encanada, luz, tudo que há. Assim era a Bom Jesus, assim era o Campo da Tuca, todas áreas que dependem ainda de regulamentação da Câmara de Vereadores, do Município de Porto Alegre. Agora, com certeza, está havendo esses avanços na Av. Tronco; primeiro, por uma vontade do Executivo, por um Executivo que está ouvindo as pessoas. Ele pode até errar no momento da largada, mas refaz a autocrítica e ajuda a população de Porto Alegre. E cabe a nós ainda, membros desta Casa, levar a esse curso, a esse rumo. O que nós não podemos é engessar este Projeto, o que nós não podemos é determinar que este Projeto seja somente para quem ganha de zero a três salários mínimos. Lá nessa região, há pessoas que se constituíram lá, nasceram lá, montaram seus armazeninhos, minimercadinhos, suas ferragens, há vários templos religiosos, várias casas de umbanda, igrejas evangélicas, igrejas católicas, que precisam, que têm a necessidade de serem acomodadas também. Agora, o que nós não podemos é deixar as pessoas fora de onde nasceram e de onde se criaram. Se a opção das pessoas é ficar na Vila Cruzeiro e na Av. Tronco, se a opção das pessoas é ficar onde nasceram – na Bom Jesus, no Campo da Tuca, na Embratel –, as pessoas têm esse direito. E eu acho que uma coisa que esta Casa tem que discutir muito é o bônus que é dado, o valor que é dado, porque ninguém compra uma casa ou mesmo um terreno com R\$ 40 ou R\$ 50 mil. Porque, quando vão

pág. 7

sair esses empreendimentos, sejam eles viários, sejam eles imobiliários, nós sabemos que a especulação imobiliária aumenta nessas regiões – e muito. Então, eu acho que nós temos que aprofundar os projetos que já existem, nesta Casa, de regularizar as áreas fundiárias de Porto Alegre, de dar uma dignidade a essas pessoas que ajudaram a construir esta Cidade, que nasceram nesses bairros e merecem criar os seus filhos, seus netos, seus bisnetos nesses bairros de origem.

Então, nós encaminhamos pela aprovação deste Projeto, como já encaminhamos, na segunda-feira, com a Emenda do Ver. Delegado Cleiton, que inclui essas casas de cultos de religião, esses pequenos mercados, pequenos estabelecimentos que também têm que ficar na região. E a Ver.^a Fernanda está readequando a sua Emenda, também, no sentido de permitir que as pessoas que nasceram nessa região tenham prioridade.

Com força e fé, seguiremos lutando pelos trabalhadores e pela população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero destacar que o nome do livro que citei há pouco é Mães em Oração: Coloque seus filhos sob o cuidado de Deus.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, este Projeto que vamos votar hoje já é esperado há muitos e muitos anos. Lembro que, no ano de 2002, quando este Vereador foi Relator do Orçamento de Porto Alegre, apareceu, naquela oportunidade, a questão das AEIS da região. Havia toda uma discussão, porque uma parte foi malformulada no projeto inicial de um Vereador da Casa relativamente à questão da área do Exército. Passou-se o tempo, houve a necessidade e a oportunidade da questão da Copa, com um traçado mais definido, e chegamos a este momento. Como falamos aqui, um dos itens foi a questão do bônus-moradia, que votamos, nesta Casa, há dois anos. Realmente, o bônus-moradia tem essa dificuldade, mas lembro da maior discussão que fizemos nesta Casa sobre o bônus-moradia, que é importante. Eu ouvia atentamente a Ver.^a Sofia, que dizia que alguns compraram casa na praia, mas nós fizemos, aqui, uma discussão ideológica sobre

o bônus-moradia. Ver.^a Sofia, V. Exa. está lembrada de que a posição do PT é que, com o bônus-moradia, as pessoas só poderiam adquirir moradia em Porto Alegre? E quero ressaltar que ocupei a tribuna colocando a minha posição e que eu continuo com a mesma posição que tinha à época. O que nós queremos é que a população tenha felicidade. Se, através do valor do bônus-moradia, ele puder escolher outro local para morar – e houve alguns até que retornaram para as suas origens –, que bom! Por que restringir única e exclusivamente a Porto Alegre? E isso, na época, foi derrubado. Ou seja, na questão do bônus-moradia, a família que irá ganhar poderá escolher o local. Realmente, eu concordo que o valor está defasado. Poderia ser atualizado, mas isso também não depende daqui, depende das políticas públicas do Governo Federal, que restringe essa questão do bônus-moradia com esses valores para também não haver a especulação, porque nós sabemos do que aconteceu. No primeiro levantamento, o número de moradores não era o que é hoje, ou seja, quando ficou conflagrado que aquela área teria subsídios através do bônus-moradia ou iam ganhar a casa, inúmeras famílias correram para aquele local, e, num novo levantamento, alguns apareceram como moradores. Eu não estou entrando no mérito, mas esta é uma constatação presente que ocorre cada vez que vamos ter um novo empreendimento na cidade de Porto Alegre.

Há outra discussão muito importante que eu quero fazer e que o Ver. Janta colocou. Eu acho que é bom trazer à memória, e a Ver.^a Sofia até disse que a gente está sendo saudosista, mas o Estatuto da Cidade coloca que, realmente, as famílias devem, prioritariamente, se possível, serem deslocadas para o seu entorno. Mas lembro que um dos maiores problemas que Porto Alegre enfrentou, alguns anos atrás, foi quando todas as famílias ribeirinhas da orla, desde o Beira Rio até a Praia do Veludo, saíram do local e foram deslocadas para o bairro Chapéu do Sol. E lembrem que, no Chapéu do Sol, no início, havia de dois a três óbitos por dia porque se instalou uma determinada guerra sobre a questão de quem chefiaria o tráfico de drogas naquela região. Ou seja, várias comunidades foram deslocadas. Quando as pessoas convivem e vão para o próprio local, facilita, e não foi o que aconteceu na época.

O Prefeito Fortunati está preocupado, sim, e quer fazer política pública, da boa vizinhança, dos relacionamentos, afinal, a nossa vida se dá muito através dos relacionamentos. Então é um Projeto de uma importância muito grande que vai beneficiar mais de 1,8 mil famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Quero deixar registrado que V. Exa. já havia declarado em votação a matéria, por conseguinte, para qualquer atitude que ocorreu depois, eu fico absolutamente resguardado com minhas responsabilidades. E eu não estou falando para aparecer na televisão; estou falando para resguardar minha responsabilidade. Encerrada a discussão, V. Exa. iniciou a votação, a partir disso, ocorreram fatos que se sucederam, cuja legalidade eu questiono.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago Duarte; muitos encaminhamentos aqui foram feitos e não falaram do objetivo real deste Projeto. Em vez de falar das coisas boas que estão providenciando, como a declaração de Área Especial de Interesse Social para realocar as pessoas que serão transferidas para esses locais da Vila Tronco, começaram a fazer críticas. Realmente, estamos recém aprovando as Áreas Especiais de Interesse Social, não poderiam ser construídas casas lá, ainda, porque os financiamentos não estão acertados com a Caixa, em razão das áreas não terem sido doadas para a Caixa. Olha, isso tem sido explicado aqui, e muito claramente, mas só se falou que não construiu nenhuma residência. Não poderia! O que foi feito? O jornal já noticiou ontem ou hoje que algumas pessoas já receberam o bônus-moradia, já se encaminharam para a compra das suas novas residências – e isso é importante; outras pessoas já foram realocadas para outros lugares, conforme a decisão da própria família; outras estão encaminhando; e, realmente, mais de 500 famílias ainda não procuraram a Prefeitura para fazer o acordo, para fazer a indicação de seus imóveis, de suas áreas. O que há com essas pessoas que, obrigatoriamente, sairão daquelas áreas? Por que não procuram as autoridades para resolver essa situação? Mais de 500 famílias não procuraram, isso é impressionante! Será que eles vão querer ficar lá? Isso deve ser dito. Não venham aqui criticar o Governo que está fazendo todo o possível para realocar essas pessoas, para resolver seus problemas sociais. E é isto que estamos fazendo aqui: votando essa Área de Interesse, que é extremamente importante. Agora,

pág. 10

Emendas são colocadas para alterar o Projeto em cima da hora. Isso é um problema sério. Nós temos de estudar essas Emendas, o que está por de trás disso. Há algumas Emendas que estão engessando o Projeto. Isso tem de ser esclarecido, e devemos ser responsáveis por isso. Então, cuidado na votação! Nós estamos decidindo o futuro de muitas famílias. Precisamos ser responsáveis, e não irresponsáveis. Votando em cima da perna é um problema!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Engº Comassetto e da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE Nº 003/13, com a seguinte redação (Lê.): “Fica acrescido ao PLCE nº 003/13, onde couber, o artigo, com a redação que segue: ‘Art. – Será incorporada ao Projeto de que se trata a presente lei a área da Rua Jataí, esquina com a Rua Raul Moreira, a qual foi também desapropriada por interesse público e para qual devera ser gravada AEIS, nos termos do art. 5º da Lei”.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Engº Comassetto e outros, ao PLCE nº 003/12, com a seguinte redação (Lê.): “As habitações são prioritariamente para reassentamento das famílias atingidas pelas famílias pela duplicação da Av. Tronco, independentemente de sua renda”.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Engº Comassetto, Ver. Mauro Pinheiro e Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLCE nº 003/12, com a seguinte redação (Lê.): “Restando habitações vagas, essas deverão ser priorizadas, destinadas a moradores da região, sejam eles para reassentamento das famílias atingidas pelo Pisa, na foz do Arroio Cavalhada, ou famílias sobre as áreas de risco na Vila Pedreira e/ou Morro Santa Teresa”.

Encerrada a discussão. Em votação o PLCE nº 003/13. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, prezadas lideranças comunitárias aqui presentes que lutam pela reforma

urbana. E, em nome do nosso querido Jacques Alfonsin, cumprimento todos os presentes. Obviamente votaremos favoravelmente ao Projeto, mas eu venho aqui, em nome da nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, também para fazer alguns registros. O gravame dessas áreas, uma iniciativa do Prefeito Municipal, é fruto de todo um debate, de toda uma elaboração conceitual que acontece na Cidade e na região. Estão sendo gravadas hoje essas áreas, porque a comunidade e as lideranças que defendem a reforma urbana dizem que o reassentamento das famílias tem que ser na região onde moram. Então esse é um princípio que, no projeto da Tronco, todos nós sabemos que há muito tempo está acontecendo. Mas antes tarde do que mais tarde, então sejam bem-vindas as emendas.

Segunda questão, demoramos um pouco, Sr. Presidente, porque construímos um conjunto de emendas com o colegiado, para que se garanta que não se deixe a possibilidade de haver contrabando nas Áreas Especiais de Interesse Social que estão sendo gravadas, que elas não sejam utilizadas para outras finalidades, senão, primeiro, para as famílias do eixo da Cruzeiro, da Tronco, fruto do projeto do reassentamento.

Segundo, se libera essa possibilidade de ficar engessado na renda de até três salários mínimos. Por que, Ver. Pujol? Tem muitas famílias que, no seu conjunto familiar, todos trabalham, e o somatório dessa renda pode ultrapassar os três salários, então, não podemos discriminar. Se as pessoas estão ali, elas devem continuar, ali, na região.

Terceiro, para não dizer que estamos engessando o Projeto, pelo contrário, se sobram ainda áreas que elas sejam destinadas, prioritariamente, para os outros projetos que atingem a região, quais sejam, o Pisa, a Foz do Arroio Cavalhada, as comunidades do Morro Santa Tereza, que estão em áreas de risco, e outras situações existentes.

Portanto, a complementação ao Projeto é uma complementação propositiva para que nós possamos fazer com que o tema reforma urbana seja tratado na Cidade, sempre pensando os conceitos de uma Cidade que inclua e não de uma Cidade que exclua. Porque todos nós sabemos aqui que temos em Porto Alegre ainda 750 comunidades irregulares. Isso é muita coisa, justamente num momento que é um momento propício: o Governo Federal tem política e têm recursos, e, no caso desse Projeto específico, Ver. João Carlos Nedel, o dinheiro já está depositado na Caixa Econômica Federal há muito tempo. Agora, o que falta é definir as áreas, elaborar os projetos – e, agora, está se dando um passo para isso.

Portanto, eu concluo aqui a minha fala dizendo aos colegas Vereadores que votaremos favoravelmente ao Projeto e pedimos o voto favorável também às emendas que foram construídas aqui por um colegiado, porque entendemos que elas vêm qualificar o entendimento de uma Cidade, conceitualmente, de que as pessoas têm que permanecer próximas ao local onde elas já habitavam, porque lá elas têm laços familiares, têm trabalho, têm educação, têm saúde, têm uma vivência de cidadania. E é isso que temos de defender acima de um conceito qualquer de transferir as pessoas para outros locais. Ali, na região da Cruzeiro, todos sabem que é uma comunidade de caráter popular, e esse Projeto vem para agregar valor urbanístico, valor de qualidade sanitária, valor de educação, através do Programa Minha Casa, Minha Vida e desses recursos existentes. Portanto, uma boa luta, um grande abraço a todos que lutam pela reforma urbana. Reforma urbana já!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago Duarte): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; eu queria usar a tribuna porque há três elementos que me parecem importantíssimos nesta discussão. Primeiro, os projetos licitados, como AEIS, foram licitados e organizados pela própria comunidade, em audiências públicas, que, a partir da sua mobilização, discutiram o tema no reassentamento do local. Por que digo isso? Porque estive em várias audiências, no próprio bairro Cristal, organizadas pela Câmara de Vereadores, em que a comunidade pautou esses temas. Uma das principais críticas feitas nesse processo de luta pela reforma urbana, pelo direito ao reassentamento e pelo autoritarismo, que é visível, diante da tentativa de impor as obras da Copa, tem acontecido em todo o Brasil. O que aconteceu, por exemplo, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, foi uma vergonha nacional, um desrespeito com os povos originários e, ao mesmo tempo, é parte de um projeto de privatizar os recursos naturais e a própria história do povo brasileiro. Mas eu digo isso porque este Projeto deveria e deve ser comemorado como uma conquista da comunidade, só que a comunidade não sabia que ele seria votado hoje. Então, está faltando diálogo. E as nossas Emendas corrigem esses elementos.

Eu gostaria de dizer ao Presidente – inclusive pedir desculpas pela demora na apresentação de emendas – que a nossa discussão foi muito profícua, e quero lhe agradecer. Porque nós discutimos com o Líder do Governo as Emendas nº 01 e nº 02 e vários Líderes assinaram. Então, eu acho que a Câmara avança e garante que elementos fundamentais nesse processo sejam incorporados ao Projeto.

Eu quero falar em relação à Emenda nº 03, porque – conversava com o Ver. Airto Ferronato, agora – essa área da JI com a Rua Dr. Raul Moreira já foi desapropriada e seria para equipamentos públicos, como consta no art. 5º da Lei. E nós a incluímos, porque, mesmo para equipamentos públicos, Ver. Ferronato, tem que ser Área de Interesse Social ou mesmo para habitação.

Eu me inscrevi para encaminhar porque o Gil – que está aqui fazendo a intermediação em nome do Governo – chamou o DEMHAB para discutir a questão da inclusão da Rua Dr. Raul Moreira com a JI no nosso Projeto. Quero agradecer – acho que o nosso diálogo foi muito profícuo – a presença do Comitê Popular da Copa e o diálogo com o Governo, mas eu acho que a democracia, o diálogo, o respeito às comunidades, as Emendas do Comitê só enriquecem este processo, que poderia, certamente, ser muito mais aprofundado. Eu acho que o Ver. Cláudio Janta trouxe elementos fundamentais do valor do bônus-moradia, que é um valor insuficiente para garantir... Não se esqueçam de que aquela área do bairro Cristal foi muito valorizada, e a especulação imobiliária está de olho naqueles terrenos da Zona Sul, porque quer transformar as áreas construídas, com o suor dos trabalhadores, com as conquistas da comunidade... Porque o asfalto foi conquistado pela comunidade, por um bairro de origem operária, que foi, ao longo dos anos, conquistando os equipamentos públicos necessários à moradia digna, a partir da sua mobilização, da sua luta. E todas essas áreas da Zona Sul estão nos olhos da especulação imobiliária, e muitos terrenos daquela área têm sido valorizados. O bônus-moradia é insuficiente, inclusive pelos valores de mercado, para as pessoas atingidas pela duplicação da Av. Tronco, ou mesmo pelas pessoas atingidas por fatores sociambientais. Acho que é uma discussão muito importante, muito pertinente, trazida pela Câmara de Vereadores na tarde de hoje, porque tem a ver com um processo de reassentamento dessas famílias e de luta da comunidade, da luta por chave, da luta para incluir aquilo que está na justificativa do Projeto, no corpo do Projeto. Eu fico muito contente que a Emenda nº 01 e a Emenda nº 02 tenham sido assinadas por vários Vereadores. Nós retiramos a Emenda

pág. 14

de segunda-feira, porque a Câmara melhorou as Emendas e porque o Comitê Popular da Copa melhorou a Emenda que eu e o Ver. Pedro Ruas havíamos sugerido. Mas eu acho que é preciso ter tranquilidade quando se discute com uma comunidade que está, há dois anos, num processo de mobilização e vem a esta Câmara enriquecer o Projeto de Lei, garantindo que aquilo que é parte da luta da comunidade esteja no corpo da Lei votada por esta Câmara de Vereadores. Eu espero que as três Emendas sejam aprovadas por unanimidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero só esclarecer – acho importante – que a nossa pauta, neste ano, tem sido decidida de uma semana para outra, e tem sido amplamente divulgada. Esta pauta, por exemplo, da nossa Sessão de hoje, já estava marcada há duas semanas. (Pausa.) Na segunda-feira retrasada, ajuda-me o Luiz Afonso. Então, as comunidades que quiserem se fazer presentes, aqui, na discussão das suas questões estão livres para fazê-lo, é uma Sessão aberta, como todos estão vendo, e todos têm oportunidade de poder participar. É amplamente divulgado.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Prezado Presidente, eu acho que, dentro dessa linha da democracia, é importante dar publicidade, o mais amplamente possível, para que a sociedade possa saber o que estamos votando. Mas também, ao mesmo tempo, eu quero informá-lo – e todos os Vereadores sabem – que entraram três Emendas, e não haverá tempo, pelo menos na minha concepção, de analisá-las rapidamente. Então, este Vereador sugere o adiamento da votação do PLCE nº 003/13, por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando o adiamento da votação, por duas Sessões, do PLCE nº 003/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, é direito do Vereador fazer um requerimento, mas quero colocar uma questão anterior aqui. Nós fizemos um acordo de Lideranças na reunião de Mesa para tratar desse assunto hoje e eu não vi, em nenhum

momento, os Líderes serem convidados para uma reanálise dessa situação. Sempre que construímos um entendimento colegiado, nós, num primeiro momento, buscamos que o colegiado entenda e até aceite, ou não, o tema. Então, eu peço um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Comassetto, houve um Requerimento de um Vereador, se V. Exa., ou qualquer outro Vereador, quiser encaminhar, pode fazê-lo, senão nós votaremos o Requerimento. (Pausa.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós queremos dialogar, já que o procedimento de reunir os Líderes não foi aceito neste momento. Eu gostaria, daqui da tribuna, de fazer um apelo ao Ver. Professor Garcia, e ao representante do Governo, o Gil, que estão pedindo para esperar, ou transferir a votação desse importante Projeto, para que possamos entender as razões de o Governo e o Professor Garcia quererem a postergação da votação. Há uma construção, sabemos que todos temos grande unidade, esses terrenos foram conquistados pela comunidade, o Governo comprou, adquiriu exatamente para o reassentamento das famílias no entorno da Vila Tronco, detalhes muito pequenos, Ver. Nedel, estão sendo discutidos, neste momento, nas Emendas, que não fogem à construção já feita pela comunidade com o Governo, então, não há dúvidas, eu acho, da parte do Governo, que aquelas áreas que estamos votando, as AEIS, hoje, são destinadas às famílias que estão sendo reassentadas em função da obra da Av. Tronco. Parece-me que não há desacordo sobre esse tema.

Segundo, que nós todos vimos discutindo que as comunidades não são isoladas das suas atividades religiosas, culturais e econômicas. Portanto, não se reassenta família anulando, zerando isso! Então, se há casas de religião, serão construídas alternativas para elas; se há pequenos mercados, tem que ser construída alternativa para eles; se há uma pequena oficina, a mesma coisa. Então, nós estamos apenas dizendo isto: as pessoas não saem de uma moradia para outra sem a sua atividade econômica e sem as atividades culturais e religiosas que exercitam, não é, Ver. Nedel? Então, é isso que as

Emendas estão garantindo, considerando que há reassentamentos como o da Pedreira, situações de risco que, no caso de sobrar moradias, se prioriza esses moradores.

Então, Ver. Airto, infelizmente, eu não queria até fazer da tribuna, mas pergunto a V. Exa. qual é a dúvida do Governo em relação a essas Emendas óbvias, claras, já indicadoras, motivadoras da indicação desses terrenos, motivadoras da indução que hoje o Governo faz de AEIS através do Projeto? Então, eu faço aqui um apelo ao Ver. Professor Garcia para que a gente possa votar hoje e um apelo ao nobre Presidente no sentido de que a gente possa talvez interromper a Sessão, por um minuto, para dirimir essas dúvidas. Claro que, enquanto falamos aqui, eu sei que as discussões estão acontecendo no Plenário. Muitas vezes, Presidente, as pessoas que nos assistem ou que acompanham a Sessão aqui no Plenário acham que os Vereadores não prestam atenção em nada, que é uma conversação, mas, não, na verdade, as conversações, as negociações e os entendimentos acontecem paralelos à nossa fala da tribuna, e elas são fundamentais. Eu afirmo aqui que não há invenção nas Emendas aqui apresentadas, elas só traduzem uma segurança maior em relação ao que foi a demanda da comunidade e a construção com o Governo, consubstanciado nesses oito terrenos. Nós queremos apenas a garantia, Ver. Janta – e eu sei que o Delegado Cleiton também tem se movimentado no mesmo sentido –, de que as pessoas se mudem, a partir de um processo de diálogo, para lugares na sua região e que tenham respeitadas as suas manifestações culturais, religiosas e as suas necessidades de organização econômica. Esse é o sentido das Emendas. E não me parece tão polêmico assim que não dê para votar neste momento. Porque, eu repito, aqui está o representante do Prefeito Municipal, o Sr. Gil, e nenhuma casa foi construída até agora. E o Governo sabe que a pressão da obra da Av. Tronco tem aterrorizado, assustado, angustiado as famílias, e tem prejudicado a ambiência onde elas vivem hoje. Portanto, nós não podemos mais postergar e temos que garantir que esses terrenos, que foram suas conquistas – e as pessoas estão resistindo a duras penas lá –, sejam destinados a elas, sim, para que, junto com a Copa e as obras, a dignidade da pessoa humana seja preservada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o Ver. Professor Garcia, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, propõe o adiamento da votação, fundado em razões que me parecem absolutamente pertinentes.

Segunda-feira, ainda na fase de discussão, houve um entendimento geral de que, em função de duas Emendas existentes naquele momento, haveria o adiamento da votação por uma Sessão para que se pudesse promover algum tipo de entendimento. Ocorre que nenhuma das duas Emendas foram encaminhadas naquela ocasião, e nos avulsos aqui distribuídos não apontavam a existência de nenhuma emenda. Então, na undécima hora, quando, a nosso juízo, já estava encerrada a discussão, quando tinha sido aberta a possibilidade do início da votação, por bem, o Sr. Presidente contemporizou e aceitou o encaminhamento de outras emendas que, evidentemente, pegaram a todos, inclusive a nós, na mais absoluta surpresa. Nós não podíamos, de antemão, nos solidarizar ou não com essas Emendas, apoiá-las ou deixar de apoiá-las, porque, literalmente, foram apresentadas na undécima hora, não nos ensejando sequer refletir em torno delas. Então, eu nem vou discutir o mérito das Emendas; podia fazê-lo.

Reconheço, inclusive, que estamos desfigurando, ou tentando desfigurar, uma das melhores intenções do Governo do Município, que é criar as mais claras condições para possibilitar, inclusive, de forma tranquila, pacífica, serena, a desocupação das áreas necessárias para a execução da obra de duplicação da Av. Tronco, que é uma aspiração da comunidade porto-alegrense como um todo, que vem de longa data, e que isso ocorresse sem que prejuízos fossem ignorados pela Administração Pública. Não, buscase, com a mais absoluta boa vontade, minorar essas dificuldades, atenuá-las, quando não eliminá-las, assegurando a prioridade de que as medidas aqui preconizadas são para beneficiar exclusivamente os beneficiários, os prejudicados, os mitigados pela obra da Av. Tronco; ninguém mais, ninguém menos.

Não podemos, de forma nenhuma, ficar estabelecendo outro tipo de privilégio dentro de uma regra geral, sob pena de desfigurar e fazer disso uma colcha de retalhos em que cada um dos Vereadores venha aqui e coloque a sua religião de preferência, o seu clube de identificação, o seu Partido político, o que quiserem. A medida é geral e específica. Por isso e para não demonstrar uma absoluta má-vontade com as Emendas propostas na última hora, a gente está pedindo para adiar a votação. Daqui para diante, não pode ter

mais emendas. Daqui a duas Sessões, como propõe o Ver. Garcia, nós estaremos aqui para aprovar o Projeto, com tais Emendas, com nenhuma Emenda ou com todas as Emendas. Não tem nenhum mistério em tudo isso. É absolutamente tranquilo. Não dá para nos submetermos a votar açodadamente propostas de Emendas colocadas na última hora, que eram, pelo conjunto da Casa, desconhecidas até poucos momentos. Por isso, estou aqui, não em nome do Governo, mas em nome do Democratas, que só tem a mim como Vereador, colocar a minha opinião pessoal de mais absoluta solidariedade à proposta do Ver. Professor Garcia, que tem todas essas características que estou enunciando. Não elide, de forma nenhuma, a possibilidade de que amanhã se possam votar favoravelmente às Emendas aqui propostas, ou possam, ao contrário, não aprovar as Emendas, ou quem sabe, aprovar algumas e rejeitar outras tantas. Tudo é possível, desde que não retire a canga do açodamento. E o que nós estamos pretendendo nesta hora, de forma solidária ao Ver. Prof. Garcia, é dizer o seguinte: vamos adiar, e, se não adiarmos, as Emendas que hoje estão sendo colocadas, no meu entendimento fora de tempo, não merecerão nenhum tipo de complacência de nossa parte; trabalharemos, pura e simplesmente, pela sua rejeição. Noutro dia, reexaminaremos com sinceridade e com abertura democrática as propostas oferecidas, mas com tempo hábil para poder entendê-las, degluti-las e examiná-las. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, comunidade aqui presente, este pedido de adiamento, na verdade, é uma medida para postergar uma tomada de decisão, é algum capricho, mas não é o capricho de construir a Cidade que queremos. Porque nós discutimos esse tema na Mesa, entre os Líderes, e lá estava o Líder do PMDB que deu acordo para votarmos na segunda-feira passada. Na segunda-feira passada, foram apresentadas as Emendas, acordamos em adiar a votação por uma Sessão, ou seja, para hoje. E estamos aqui, hoje, com as críticas que as Emendas receberam e com as deficiências já apresentadas naquele debate. Foram feitas

outras Emendas hoje, uma de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que trata da religiosidade, bem-feita, e um conjunto de outras Emendas que tratam da construção da Cidade. E eu vou, aqui, em nome da oposição, evocar o meu amigo João Carlos Nedel, que veio aqui e fez um discurso inflamado, crítico, dizendo que tinha gente querendo atrapalhar a votação. Ora, nós queremos votar. Porque este é um Projeto da Cidade, é um Projeto do Executivo, não é da oposição, que já está atrasado; em função disso, o dinheiro público que está lá depositado demora mais para ser aplicado, e isso cria insegurança para as comunidades. O que foi dito nas Emendas? Três ou quatro conceitos, e eu duvido que alguém tenha a coragem de vir aqui questionar esses conceitos. O primeiro é que a população que vai ser reassentada tem que ficar preferencialmente na sua região de moradia. Segundo, que se flexibilizou a questão da renda para que aquelas famílias que não se enquadram no Programa Minha Casa, Minha Vida, porque já têm um ganho, um benefício da família, possam permanecer na própria região e ali continuar produzindo, ganhando e aplicando seus recursos. Terceiro, tem uma determinada área que tinha gravame e que não vai mais ser utilizada para aquele gravame, então, o que se propõe é que ela seja incorporada nesse contexto de AEIS. Que dificuldade é esta? É óbvio que quem não vê a necessidade de esses projetos andarem, de a reforma urbana andar... Para a reforma urbana tem que ter lei, as leis, depois de feitas, têm de ser aplicadas, e tudo o que estamos aprovando aqui simplesmente é aplicar a lei já existente. Qual é a lei já existente? Plano Diretor, Estatuto da Cidade, o Programa Minha Casa, Minha Vida, ajudando o Governo a fazer com que as obras da Copa andem. E aí os próprios Vereadores da base do Governo vêm aqui pedir para suspender a votação. Quando se têm divergências, entram as Lideranças, e as Lideranças servem para acordar. Eu e meus colegas da oposição fizemos, com o colégio de Líderes, um acordo de votar hoje, e, se tiverem divergências nas Emendas, votem contra. Vejo, assim, que o Ver. Professor Garcia poderia rever o seu pedido de não votar hoje, porque nós temos acúmulos suficientes, e a Cidade tem pressa, a Cidade tem urgência na reforma urbana. São 750 comunidades irregulares, e nós estamos propondo aqui iniciar um processo de reassentar oito comunidades irregulares ali no eixo da Av. Tronco, beneficiando um projeto de cidade e cidadania. Reforma Urbana Já! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, comunidade aqui presente, eu sou totalmente desmedido de paixão, emoção, e procuro sempre seguir as coisas com seriedade, retidão e discussão. O Vereador que nos antecedeu colocou que houve uma discussão para o Projeto ser votado hoje. Sim, concordamos. Pergunto ao Vereador: por que deixou para colocar a Emenda agora, na última hora? Inclusive, o Presidente teve que fazer um apelo, pois foi quase na hora do encaminhamento. Por quê? Isso eles não respondem aqui.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: É que o senhor gosta de gritar quando está fora deste microfone para fazer média, para jogar os outros Vereadores contra a população. O que quero colocar é o seguinte, para esclarecimento: primeiro, a partir de agora, com o adiamento, não pode ser colocada nenhuma nova Emenda; se alguém disser que pode, é mentira, porque é o rito processual da Casa. A partir disso, este Vereador – pelo menos é a minha posição e a posição do nosso Partido, o PMDB – entende que possamos fazer a discussão em cima das Emendas que entraram na última hora.

E não estou entrando no mérito da Emenda, só estou analisando as coisas com a seriedade e o respeito que merecem, tendo em vista que nós aqui representamos 1,49 mil moradores de Porto Alegre, e é em cima disto que ressalto a nossa responsabilidade: o adiamento que peço é por duas Sessões, e, a partir do adiamento, não haverá mais nenhuma nova emenda, porque não pode, não vai poder. Só para esclarecermos aquilo que vocês e outros estão postulando. Eu confesso a vocês que não me sinto à vontade, não sei por que entrou uma Emenda agora, e é em cima disso a discussão.

Então, o apelo é para que adiem a votação por duas Sessões. Mas volto a dizer: aquilo que nós acordamos na reunião foi mantido. Agora, chegar na última hora, no último minuto, no último segundo e entrar com a Emenda, que não foi nem destacada... Porque não podemos nem discutir a Emenda. Se o Vereador entrou e diz que vai discutir, nós

podemos até discutir a Emenda e, na dialética, podemos justificar se somos a favor ou contra. Mas nem isso foi permitido. O Vereador entrou com a Emenda e não pede para discutir. Até porque não tem discussão, ou seja, eles também não querem a discussão! Só que aí fica muito fácil: entra e não quer a discussão!

Então, de forma sucinta, eu volto a dizer isto: o motivo do adiamento não é nada contra a questão, mas a necessidade de nós estudarmos, fazermos uma análise das Emendas que entraram na última hora. Este Projeto é decisivo, é importante, sim! Talvez seja um dos Projetos mais importantes que nós estamos votando este ano na cidade de Porto Alegre! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria falar três coisas aqui nesta tribuna que me parecem importantes. Primeiro, que os Vereadores não podem ter um peso e duas medidas. Digo isso, porque é corriqueiro nesta Câmara ter emendas construídas pela comunidade no processo de discussão quando os Projetos tramitam.

Eu quero falar que as duas primeiras Emendas tratam de justificativas que estão no Projeto, sobretudo a primeira, que foi apresentada por vários Vereadores que assinaram o Requerimento da Emenda.

Segundo, aos que nos escutam e nos veem pela TVCâmara: nós não estamos votando o projeto de duplicação da Av. Tronco; este é o Projeto que o Governo quer fazer, que, inclusive, sequer tem licenciamento ambiental, e essa discussão certamente a Cidade fará. Nós estamos discutindo as famílias atingidas pela duplicação, assunto que mobilizou por dois anos a comunidade em Audiências Públicas, listando terrenos para projetos de reassentamento das famílias. Nós tivemos a relatora da ONU em Porto Alegre, falando que direitos humanos fundamentais estavam sendo violados nesse processo, que as casas estavam sendo marcadas, e que não havia democracia, não havia debate, não havia previsão de reassentamento para as famílias. São esses os esclarecimentos.

O terceiro ponto diz respeito à área que nós incluimos, como já falei aqui e repito, da Rua Jataí com a Rua Dr. Raul Moreira, uma área que já foi desapropriada pelo Governo, está

no Diário Oficial, para as famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco. Está escrito, não pela Ver.^a Fernanda Melchionna, mas pelo Governo Municipal! E nós estamos incluindo essa área no projeto, é pena que não ouvem. Eu tenho o Decreto aqui do Prefeito. Porque, mesmo ele tendo desapropriado, pelo Diário Oficial, precisa ser transformada em Área Especial de Interesse Social, seja para construir praça, seja para construir escola, seja para construir posto, seja para construir casa, porque o decreto fala no geral, não fala para o que é – e nós também não falamos na Emenda para o que é. Então, eu queria fazer esses registros, porque acho que fica mais claro para quem está nos ouvindo qual é o debate que está sendo feito na Câmara, assim como a Emenda do Ver. Delegado Cleiton, que melhora o Projeto. São muitas casas de religião atingidas na região, há espaços construídos há décadas como espaço de religiosidade da comunidade, que precisam ter garantida a sua preservação, a sua memória, a sua história. Então, eu acho que são Emendas que corrigem o Projeto. E eu acho que não dá para fazer tempestade em copo em d'água. Quando a comunidade vem aqui, pedindo que emendas sejam incluídas no Projeto, significa que está se exercendo a democracia, que aqueles que são atingidos pela obra estão querendo discutir ponto a ponto a questão do reassentamento. Por isso, nós apresentamos hoje as Emendas. Até porque a comunidade não sabia da votação, a despeito de nós termos avisado na segunda-feira. Mas nós damos acordo para adiar por duas Sessões, para que haja discussão. Para nós, sendo incluídas as quatro Emendas, estão resguardados os pedidos da comunidade, está resguardada a Emenda do Ver. Delegado Cleiton, e está resguardada a luta da comunidade. Mas se não tem acordo para aprovação, porque é necessário discutir mais, democracia nunca fez mal a ninguém! Nós queremos, inclusive, já deixar encaminhada uma reunião com a comunidade na Comissão de Direitos Humanos, ou em outro espaço, na semana que vem. Vamos chamar o Governo e as Lideranças para discutir isso, eu não tenho dúvidas. Então, acho que é importante que se faça uma reunião nesse período que compreende o adiamento, para que, de fato, se compreenda por que foram requeridas as Emendas. Infelizmente, a comunidade não pode, pelo Regimento da Casa, usar a tribuna neste momento, e acho importante para a Câmara Municipal ouvir as reivindicações do... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não há mais nenhuma Bancada que queira se manifestar. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia, que solicita o adiamento da votação do PLCE nº 003/13, por duas Sessões. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

O SR. PEDRO RUAS: Eu queria registrar o meu voto “não”, porque usei várias vezes o teclado, e não apareceu no painel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Fica o registro, Vereador.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/13.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Engº Comassetto e do Ver. Alberto Kopittke, ao PLE nº 007/13.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Bancada do PT, ao PLE nº 007/13.

(Aparte antirregimental.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Exatamente, quando o Projeto é guindado à Ordem do Dia em função do art. 81, há uma dispensa natural do envio das Emendas às Comissões. É importante que os Vereadores saibam disso que consta do nosso Regimento.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLE nº 007/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que solicita sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01, 03 e 04 ao PLE nº 007/13.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo e do Ver. Tarciso Flecha Negra, ao PLE nº 007/13.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, que solicita seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLE nº 007/13.

Em discussão o PLL nº 061/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 061/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM.**

Em discussão o PLL nº 038/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 038/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM.**

Em discussão o PELO nº 002/11. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PELO nº 002/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago Duarte; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este Projeto trata de uma alteração na Lei Orgânica do Município no capítulo específico que trata da possibilidade da propositura das Comissões Parlamentares de Inquérito. No momento em que nós protocolamos este Projeto, que trata de colocar uma condição especial à possibilidade das proposições das Comissões Parlamentares de Inquérito, ainda no ano de 2011, nós recebemos o apoio de praticamente 80% dos colegas Vereadores desta Casa, e é por isso que eu faço esse registro. Passado todo esse tempo, estamos vendo que o nosso apoio acabou se esvaindo. Faço, então, um apelo aos colegas Vereadores, porque nós precisamos fazer o enfrentamento, ou não, dessa proposta. Aqui diz – só para rememorar os prezados colegas – que as Comissões Parlamentares de Inquérito somente serão criadas quando não houver investigação policial ou do Ministério Público em andamento acerca do fato.

pág. 25

Então, aprovado este Projeto, nós teríamos uma condição especial para as proposituras das Comissões Parlamentares de Inquérito. Ou seja, se é de conhecimento público que o assunto está sendo investigado pela Polícia e pelo Ministério Público, por este Projeto não caberia mais a propositura das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Como eu disse, no início, recebi muitos apoios. Hoje, vejo que os Vereadores estão repensando. As discussões foram aprimoradas e, com isso, vejo que há uma tendência de os colegas não apoiarem essa nossa proposta. O que nós estamos vendo, ao longo do tempo, é que, aqui, em todos os meses, se fala em propostas quanto à possibilidade de criação das Comissões Parlamentares de Inquérito. Por outro lado, nós sabemos que há um direito constitucional, sim, de as minorias proporem Comissões Parlamentares de Inquérito. Mas nós entendemos que, quando o assunto está sendo investigado, pelo Ministério Público e pela Polícia, Ver.^a Sofia, já há uma investigação encaminhada, já há algo em andamento, e a Polícia e o Ministério Público têm muito mais condições do que este Parlamento para investigar, pois são preparados tecnicamente, têm instrumentos para isso, diferentemente desta Casa. Agora, é verdade, está assegurada uma condição especial às minorias, tanto pela nossa Lei Orgânica quanto pela Constituição, e é por isso que quero fazer uma discussão, neste momento, para sentir a vontade do Plenário, já que este Projeto requer duas Sessões de debates para aprovação. Se eu não sentir apoio dos colegas Vereadores, eu peço o arquivamento do Projeto por uma questão de economia para esta Casa e para não ficarmos debatendo um Projeto que vai só merecer um espaço desta tribuna.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu já expressei minha opinião, como muitos dos colegas. Na verdade, queremos manter a capacidade que o Parlamento também tem de fazer uma parte da fiscalização que a sociedade hoje requer de todos os gestores públicos, da ação de todos nós. E quero apenas parabenizá-lo, pois acho que V. Exa., neste tema, está escutando, está incorporando o debate que fizemos em função da mudança de conjuntura. Então, na minha opinião, V. Exa. demonstra ser um Parlamentar bastante sensível. Há o debate que a sociedade hoje faz clamando por uma República instalada de fato, por transparência, e por todos os órgãos muito atentos para que erremos menos na representação da sociedade. Parabéns pela escuta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo prossegue na discussão do PELO nº 002/11, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: O encaminhamento que faço neste momento é o seguinte: não vendo possibilidade de aprová-lo, porque estamos de repente até despendendo um tempo desnecessário, eu pedirei o arquivamento deste Projeto. Quando propus, no início, vou voltar a dizer, recebi muitos apoios. Hoje, a partir do debate – e o debate aconteceu –, comecei a sentir um repensar dos colegas Vereadores, e isso eu preciso respeitar. E, não sentindo possibilidade de ver aprovado este Projeto, vou pedir o seu arquivamento por uma questão de economicidade.

O Sr. Nereu D’Avila: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Faço este aparte para dizer que o ato de V. Exa é um ato de grandeza. Na realidade, este Projeto é anterior a atual Legislatura, eu não estava no início da discussão, mas já o discutimos em outro dia – e eu entendi a intenção de V. Exa. e as circunstâncias, ele tem um dimensionamento bem maior – quando sustentei da tribuna que ele iria retirar talvez o maior poder que tem o Poder Legislativo, que hoje realmente é um Poder bastante esvaziado no Brasil, e não só nesta Câmara.

Então, o gesto de V. Exa é louvável, e quero parabenizá-lo porque V. Exa. entendeu. Em se tratando de V. Exa., que sempre foi um colega de ideias brilhantes e de muito bom debate, eu não gostaria de votar contra um Projeto de V. Exa, nem ver derrotado o seu Projeto. Portanto, saúdo a grandeza de V. Exa., porque, realmente, neste momento, a matéria não teria condições de prosperar.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu não falaria só da grandeza de V. Exa, que sempre a tem, mas da sua coerência. Eu acompanhei, na vez em que fiz um encaminhamento, com uma provocação ao Ver. Bernardino, e vejo que, agora, nos últimos 15 dias, o senhor deu uma

demonstração de coerência. Quero lhe dizer que concordo com muitas coisas deste Projeto – para não ficar em cima do muro, agora que o está retirando – e concordo com seu procedimento. Então, V. Exa, além de ter grandeza, está tendo coerência consigo e com a Câmara. Obrigado.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu sempre entendi e entendo que a polícia e o Ministério Público têm isenção, o que é um pouco difícil para os Parlamentos, quando investigam colegas ou Governos. Na maioria das vezes, as CPIs são políticas, e foi nesse sentido que apresentei o Projeto. Então, pedirei o arquivamento do Projeto, porque vejo que as Lideranças da oposição e do Governo sinalizam nesse caminho, e não serei eu que ficarei lutando, praticamente sozinho, com um Projeto, embora, quando o propus, vi grande possibilidade de aprovação. Se nós olharmos os arquivos desta Casa, vários colegas vieram a esta tribuna e o defenderam, mas eu também acho que, com o tempo, nós vamos nos aprimorando nos debates, e eu respeito isso; respeito aquele colega que, em um determinado momento, está convicto e vai votar favoravelmente mas que depois muda o seu voto porque aprimorou, porque ouviu outros colegas. E nós precisamos ouvir os outros, sim, nós não podemos ficar aqui achando que nós somos os donos da verdade.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero cumprimentar V. Exa. pelo seu gesto. Além de coerente, é consequente. V. Exa. provocou um belo debate na Casa que, com o seu gesto, não se encerra, muito antes pelo contrário, dilata-se no tempo e enseja um aprofundamento maior. Quem sabe até V. Exa. não esteja propiciando com ele um encaminhamento de tal ordem que, amanhã ou depois, com alguns ajustes, a sua proposição venha a ser acolhida pela Casa. Meus cumprimentos!

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Quem sabe, o futuro a Deus pertence.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu o conheço há muito tempo e jamais duvidei de que o senhor iria ter, da tribuna, a grandeza de arquivar o seu Projeto. Realmente, como eu já tinha dito da tribuna, este Projeto engessa esta Casa. Eu acho que nós já vimos o Ministério Público

legislar sobre transporte, sobre uma série de coisas, e nós não podemos abrir mão do direito nosso de investigar, do direito nosso de ser um Poder autônomo, um Poder que esteja na busca da verdade, na busca da justiça e de melhorar a vida das pessoas. Eu o parablenizo por ter esse ato de grandeza.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado. Nós vamos pedir, sim, o arquivamento.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Ver. Bernardino, eu já o parablenizei, quando fiz a discussão, algumas Sessões atrás, por trazer esse tema para a discussão. V. Exa. sabe que eu tenho um posicionamento diferenciado. Eu entendo que, no momento em que nós abrimos mão de poder investigar... Eu não estou entrando no mérito, nós sabemos das nossas deficiências quando há investigações, mas é uma prerrogativa da Casa, e a população vota em nós para isso. E eu fico muito satisfeito quando V. Exa. faz a reflexão, coloca e se dispõe a mudar. Eu acho que isso é muito salutar. Parabéns!

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado. Eu sempre imagino que o Ministério Público e a Polícia Civil têm muito mais condições de investigar que nós, além deles terem isenção. Aqui trata de proibir a instalação da CPI quando o assunto é de conhecimento público e estiver sendo investigado ou pela Polícia, ou pelo Ministério Público. Então foi só condicionando a isso.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, companheiro, amigo, Bernardino, com quem convivemos há dois anos já. Quero parablenizá-lo por esse belíssimo ato. E eu também concordo com o Ver. Janta quando diz que nós não podemos abrir mão de investigar. Nós não somos policiais, mas a Câmara de Vereadores está aqui para investigar, também, e cobrar.

Então, eu concordo com o senhor, é um gesto maravilhoso, lindo, eu sei que esse gesto está arraigado no senhor, mas nós não podemos abrir mão da investigação. Além disso, está na Constituição que o Vereador tem obrigação, sim, de investigar e de cuidar da sua Cidade. Obrigado.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Bernardino Vendruscolo, quero dar meus parabéns para o senhor, eu concordo com o Projeto de V. Exa., acho que ele é muito importante. Porque nós, Vereadores – e eu costumo dizer isso ao Ver. Mauro Pinheiro –, não temos qualificação para investigar, não temos ferramentas para investigar, em hipótese alguma; quem tem qualificação para investigar é a Brigada Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, e a Polícia Federal. E quando a matéria é investigada por uma instituição dessas, acho que não tem como nós investigarmos. Ver. Bernardino, pode contar comigo, eu sou favorável ao seu Projeto. Obrigado.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. também tem o meu apoio a esse Projeto.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, nós vamos solicitar o arquivamento do Projeto, em razão de que temos somente três votos favoráveis a ele.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Bernardino, o senhor solicita o arquivamento agora? (Pausa.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Sim, eu solicito o arquivamento do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Pergunto novamente: o Projeto está em discussão, se ele for para a votação, na próxima Sessão, ele poderá ser rejeitado ou aprovado. Ele não vai ser votado nesta Sessão, porque, de acordo com a Lei Orgânica, são necessárias duas Sessões de discussão, e o Projeto é votado numa terceira Sessão. Então, o senhor solicita, agora, o arquivamento do Projeto?

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Sim, solicito o arquivamento do PELO nº 002/11.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, que solicita o arquivamento do PELO nº 002/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (16h47min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Sefora Mota, que solicita representar esta Casa no período de 11/6/2013 a 14/6/2013, em Brasília/DF. O assunto a ser tratado é o Seminário Nacional das Procuradorias da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLE nº 007/13.

Em discussão o PLE nº 007/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Estimados colegas, muito boa-tarde. Eu venho aqui iniciar os debates relacionados ao Projeto do Executivo Municipal que propõe a instalação – explico aqui aos que nos assistem em casa – de GPS em todos os táxis do Município, permitindo, então, que a EPTC monitore os táxis e também, entre outros serviços que esta tecnologia vai permitir, a colocação, por exemplo, de máquinas de cartão de crédito nos táxis da Cidade. Eu já tive oportunidade, quando debatemos este Projeto aqui, discutindo a Pauta, de parabenizar o Executivo Municipal, a EPTC, por este Projeto, que julgo de boa qualidade para a nossa Cidade. Nós temos aqui nos posicionado como uma

oposição responsável, de conteúdo, então venho aqui abrir este diálogo com a Bancada do Governo também aqui na Casa.

A primeira Emenda que eu propus e que estamos aqui debatendo neste momento faz, de forma muito simples, uma conexão deste sistema, que ficará à disposição da EPTC, também com a Polícia Civil e a Brigada Militar, no Centro Integrado de Monitoramento do Estado. É uma medida bastante simples e vem ao encontro do que o próprio Executivo colocou, por exemplo, no seu PPA, como meta para os quatro anos: Segurança pública integrada entre o Município, o Estado e a União. E a Emenda é exatamente nesse sentido, Delegado Cleiton, para que as informações possam chegar à Polícia Civil sem que ela tenha que fazer sempre uma solicitação à EPTC, para que ela possa investigar, analisar esses dados, esse novo banco de dados que será gerado na Cidade. Eu proponho, então, essa interligação dos dois sistemas.

Além disso, eu coloquei aqui a obrigatoriedade de que esse sistema produza relatórios georreferenciados. O que é isso? Uma vez por mês, dentro do sistema, sem precisar imprimir página nenhuma, uma posição que, equivocadamente, foi aqui colocada, de que teríamos que imprimir páginas e mais páginas... Eu estou falando aqui de *softwares* que estão na Internet, que não têm nenhum tipo de custo. Essa Emenda que estou apresentando não acarreta nenhum centavo adicional para o Município, mas serve para que nós possamos fazer uma análise mais inteligente dos lugares por onde os táxis estão circulando. Essa ferramenta já é utilizada no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Curitiba, por isso eu procurei trazê-la também para a nossa Cidade.

Então, de maneira sucinta, este é o objetivo da primeira Emenda: ela complementa o Projeto enviado pela Prefeitura e pela EPTC. Ela visa, já que está instalado o GPS, que o motorista de táxi tenha um botão de pânico em caso de assalto. Aqui eu estou defendendo que essa informação chegue para a Brigada Militar também. No caso de o motorista de táxi estar sendo assaltado, se essa informação cair apenas na EPTC e não for repassada em tempo hábil para a Brigada, esse fato pode acarretar uma responsabilidade que não é da EPTC, que é a de providenciar uma resposta imediata e efetiva a essa ocorrência.

Por isso que, com essa informação simples, nós estamos apenas garantindo na lei a integração das informações, entre os diferentes órgãos, de um único modelo integrado de Segurança pública. Por esse motivo, eu venho aqui, caro Líder do Governo, Ver.

Ferronato, pedir – eu já dialoguei com o Secretário, já tive oportunidade de falar com vários colegas – que nós possamos discutir e avaliar o mérito dessa proposta, e não ter uma posição negativa apenas porque ela foi apresentada por um Vereador da oposição que está aqui exatamente procurando fazer a discussão de mérito deste importantíssimo Projeto para a Cidade. Por isso eu peço a aprovação desta Emenda nº 01 ao Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13, pelo Governo.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, estamos aqui discutindo a apresentação de diferentes Emendas. Nós vamos começar, em nome do Governo, registrando que a Emenda do Ver. Bernardino Vendruscolo e do Ver. Tarciso Flecha Negra, que a apresentam pela Bancada do PSD, faculta aos permissionários de táxi usar a mesma tecnologia e assim por diante, ou seja, é uma Emenda facultativa. Portanto, nós não temos uma posição. Até porque cada Vereador deverá seguir a sua própria visão.

Começando pela Emenda nº 01, do Ver. Kopittke, ela trata de um assunto interessante, positivo, merece a nossa discussão, mas ela traz, no seu bojo, uma questão, uma dificuldade momentânea para a sua implantação, pois nós dependemos de um sistema de disponibilização eletrônica pelo Governo do Estado. Nós estaríamos engessando o Governo do Estado, impondo a ele uma tecnologia ou a instalação de equipamentos para gerenciar esse tipo de processo. Qual é o encaminhamento para esse tipo de proposta? É que haja entendimento. Uma vez aprovado o Projeto de Lei aqui na Câmara que haja entendimento e que se assinem convênios entre a Prefeitura e Governo do Estado para a implantação desse tipo de serviço. Portanto, a nossa orientação é no sentido de votar contra a Emenda.

Quanto à Emenda nº 04, que é apresentada pela Bancada do PT, ela diz o seguinte: “o monitoramento de que trata a presente lei deverá ser estendido à frota do transporte coletivo para táxi, lotações e ônibus”. Acho que essa também é uma grande discussão que precisa ser feita aqui na Cidade. Porque houve uma discussão exaustiva entre o

Governo e os taxistas para chegar a esse Projeto que temos, com a redação apresentada aqui na Câmara, portanto, pedimos e sugerimos à Bancada do Governo que vote contra as Emendas nº 01, nº 03 e nº 04. Era isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Kopittke, é extremamente avançada porque ele é, realmente, um Vereador competente nessa área. No entanto, essas informações a serem disponibilizadas mensalmente à Brigada Militar vão causar algumas dificuldades para o próprio Estado. O Estado não tem estrutura para receber tais informações, ele terá que criar sistemas, o que vai gerar custos, ou seja, nós estaremos criando uma obrigação para o Estado. Isso tem que ser bem observado. E o Estado, a Polícia Civil e a Brigada só irão intervir em casos de emergência, casos esses que serão acionados imediatamente da EPTC para o Estado, para o CIOSP, para os órgãos de segurança. Então vai criar um custo para o Estado, que não tem sistema para receber essas informações, as quais só serão utilizadas em um caso especial. Em todos os casos especiais, a EPTC fornece detalhes como foto e todas essas situações para o Governo do Estado, para os órgãos de segurança.

A Emenda do Ver. Bernardino é facultativa e implica custo para o permissionário se ele assim o desejar. Então acho que não há obrigatoriedade, não estamos criando uma obrigação, não estamos criando custos.

As outras Emendas, lamentavelmente, estão criando custos tanto para a EPTC quanto para o permissionário, e isso será levado em conta na tarifa, ou seja, estamos novamente criando custos. Assim como quando foram criadas as isenções na passagem, estamos criando custo para o usuário de táxi.

E aquela Emenda que estabelece que seja estendido aos lotações e aos ônibus, também há um exagero muito grande; estamos tratando de uma lei envolvendo táxis e estaremos estendendo para os ônibus e lotações.

Então, lamentavelmente, a minha Bancada vai votar contra esta Emenda e contra as demais Emendas que criam custo para a sociedade. Nós temos que ter muita responsabilidade. Claro que a tecnologia é importante, e aprendemos isso recentemente em São Francisco, mas temos que cuidar muito do custo para a sociedade, ou seja, nós temos que legislar em favor da sociedade, e não contra ela.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fiquei muito preocupado com o grande número de Emendas em cima de um assunto importante, sério. As Emendas são sérias, todos os Vereadores querem cooperar, mas eu acho que nós estamos passando um pouco do limite, em nome da segurança. Acho que há algumas Emendas que podem ser aplicadas ao cotidiano, mas o que temo é que pessoas que não têm nada a ver com a bandidagem ou com a segurança fiquem expostas a assuntos banais, e é isso o que vai acontecer. São assuntos da Igreja, assuntos da Olavo Bilac, da Assis Brasil, da Farrapos. Eu acho que alguns assuntos não têm a ver com segurança, e muito menos com bandidagem. Se é para pegar os bandidos, dá para fazer uma coisa muito mais simples. Porque antes de dar uma carteirinha, uma autorização ou concessão para o táxi, seria bom que se dissesse o seguinte: “você não pode contratar ninguém sem conhecer esse alguém para ser motorista”. Ou seja, que se apresente uma folha corrida do motorista antes de ele dirigir o táxi! Para fazer um concurso público, tem que entregar o atestado de bons antecedentes, não é isso, Ver. Nereu D’Avila? Agora, no caso do táxi, não. E, nos últimos tempos, estamos vendo que o grande problema é este: os antecedentes das pessoas. Eu não vi ninguém, não vi nenhum anjinho ser pego dirigindo. “Ah, era uma casualidade.” Isso não! Quase todos, quase 100% deles tinham antecedentes. Então, se quisermos dar segurança para a população, vamos começar a escolher bem o concessionário e o motorista do táxi. Tenho certeza de que a categoria dos taxistas quer isso, porque 98%, 99%, sei lá quantos, são pessoas que trabalham honestamente, são sérias e sabem se comportar dentro de um táxi. Agora, querer fazer a segurança e dar segurança para as nossas famílias, para todos que andam de táxi,

pág. 35

colocando um Big Brother, não dá! Vai dar uma complicação danada para o motorista, para o dono do táxi. E se o motorista resolve fazer uma filmagem de um assunto que eu converso dentro do táxi, com o telefone celular? Nós conversamos e trabalhamos dentro do táxi, fazemos negócio dentro do táxi. Eu não preciso que o meu concorrente saiba o preço de uma pedra de basalto que eu esteja vendendo. Então, que se procurem os caras que vendem as pedras malditas, e não as pessoas que estão trabalhando, que estão pegando um táxi, principalmente nessa época em que não se deve usar o seu carro quando se quer tomar vinho em um restaurante, em razão da Balada Segurança. Quantas vezes se pega um táxi porque se tomou um vinho a mais? E como é bom tomar um vinhozinho! O cara sai alegre, sai dizendo algumas coisas, e aí o motorista tem isso gravado! Aí isso é passado para o Ver. Kopittke, para o Vereador Fulano de Tal ou para o José dos Anzóis. Eu acho que não é bem assim que nós vamos aprovar alguma coisa para dar segurança. Nós estamos exagerando, jogando para a torcida, e eu acho que não dá para jogar para a torcida uma coisa séria – nem com os motoristas, que são bons, muito menos com aqueles que são bandidos. Bandido se trata de outro jeito. Tem-se que, antes de entregar um táxi para ele dirigir, pegar uma folha corrida desse cidadão, porque aí, sim, vão diminuir os abusos que vêm acontecendo dentro de um táxi.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós precisamos entender uma coisa: serviço de táxi é uma concessão pública. Nós estamos vivendo um novo momento. A população precisa saber quanto um Vereador ganha, e está sabendo, e precisa saber, Presidente, quanto os servidores desta Casa ganham. Tudo precisa ser de conhecimento público. O Ministério Público tem que divulgar, lá, quanto pagam para os seus servidores, o Judiciário também, temos que parar com essas coisas de ficar escondendo. E assim, temos que cuidar quando nós falamos de uma classe trabalhadora. Estamos falando dos taxistas, para os quais eu tenho a maior admiração. Agora, muitos se servem desta profissão, usam esse trabalho para outros desvirtuamentos, para outros trabalhos – isso precisa ser dito –, como trabalhar,

por exemplo, a serviço do jogo do bicho, Ver. Cecchim, a serviço da distribuição de drogas. Precisamos ter coragem de dizer isso aqui também. Então, vamos nos organizar. A nossa Emenda não é obrigatória; é facultativa. O dono do táxi poderá colocar serviço de vídeo monitoramento, que não será controlado por ele, e, sim, pelo serviço público. O que ele vai ganhar com isso? A qualificação do seu táxi, pois, quando eu for chamar um táxi para a minha família, eu posso escolher, eu posso me dar ao luxo de escolher um táxi que tenha vídeo monitoramento, se eu tiver esse serviço em Porto Alegre, sem um custo maior para o usuário, mas somente para o dono do táxi, que vai optar por colocar ou não. É uma opção dele, é facultativo, é uma possibilidade de qualificar o serviço de táxi, qualificação essa que será decidida pelo dono do táxi, pelo concessionário. É de livre e espontânea vontade dele. Agora, vou lhes dizer que, se eu tivesse um táxi, eu colocaria. Então, se isso for aprovado, e um proprietário de táxi colocar, quando eu precisar chamar um táxi, vou chamar esse táxi, porque eu preciso, eu busco segurança para a minha família e para as pessoas. E não vamos nos enganar. A maioria dos taxistas são profissionais altamente qualificados, responsáveis, mas, há, sim, um grupo que não podemos chamar de taxistas. É outra coisa qualquer, menos profissional do volante, pois desmerece a classe trabalhadora. Não vamos nos enganar. Nós sabemos das reclamações que nós estamos recebendo aqui diariamente. Então, se eu pudesse, eu colocaria de forma obrigatória, mas, por questões regimentais, eu não posso, então nós estamos colocando de forma facultativa. É o vídeomonitoramento à distância que será usado pela polícia e pela Prefeitura, quando houver necessidade. Não é livre o uso, o manuseio por parte do dono do táxi ou do trabalhador. Vou dizer mais, se eu sou um permissionário, dono de táxi, coloco dois objetivos para serem cumpridos: primeiro, qualificar o serviço; segundo, saber como está trabalhando aquele que eu coloquei para trabalhar, se for preciso. O Ver. Valter qualifica a nossa Emenda, colocando também o sistema de fotografia.

Nós precisamos entender uma coisa: já se foi o tempo... Há alguns anos, falava-se – vamos retomar isso – em sistema de câmeras no Centro da Cidade, e nós éramos quase linchados! Hoje, é o contrário, estão pedindo aos Governos que ampliem, que coloquem em cada esquina um sistema de vídeo. A maioria dos crimes investigado pela Polícia Federal ou pela Polícia Civil, infelizmente ou felizmente, vem, sim, das câmeras particulares. Então, não vejo problema nenhum, eu acho que quem pega um táxi não

precisa se preocupar. Até porque quem é do bem não vai se preocupar com a possibilidade... É nesse sentido, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, estamos tratando aqui sobre as emendas ao Projeto que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do Município de Porto Alegre. É importante e oportuno destacar que a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, reunida aqui, na Câmara Municipal, trouxe a presença dos Presidentes do Sintáxi e da Aspertáxi. Eu quero expor aqui o que disse o Presidente da Sintáxi, Luiz Nozari, a respeito do monitoramento: “ampliar o número de prefixo seria apenas uma solução emergencial para combater a lentidão do serviço, e, posteriormente, retirá-los da circulação, seria uma tarefa quase impossível. A ideia do monitoramento é positiva, pois acabará com a ideia de que taxistas desaparecem em dia de chuva”.

Também o Presidente da Aspertáxi, Walter Barcellos, refere que vê com bons olhos o Projeto apresentado, mas faz alguns alertas a respeito do monitoramento *full-time*.

Então, aqui estão duas posições das entidades de classe que estiveram ali, no Plenário Ana Terra. De forma prepositiva, nós estivemos reunidos e ouvindo as representações.

Agora, é importante referir também que hoje as empresas de rádio-táxis – vou dar o exemplo de uma, a Cidade – possuem um sistema de monitoramento em que, em uma situação emergencial, em uma situação de urgência, emergência, assalto, o taxista aciona a sua central, e essa central, por sua vez, então, busca os recursos do sistema de Segurança pública, por meio da Brigada Militar, Ver. Nereu D’Avila. Nesse sentido, a EPTC tem agido de forma paralela, de forma conjunta, quando acionada por um taxista, quando recebe a informação de um taxista a respeito de um eventual assalto, de uma eventual circunstância, e, por sua vez, transmite à Brigada Militar as informações e a solicitação de ajuda, de emergência e de intervenção, de forma que, na prática, Ver. Alberto Kopittke, hoje, a Emenda de V. Exa. já vem sendo efetuada, já vem sendo realizada. Por isso, eu venho a esta tribuna, no sentido de trazer a nossa contribuição,

referindo também que, naquele dia, ali no Ana Terra, quando o taxista Paulo Ferreira, quando o taxista Eliberto Teixeira, permissionário, quando o Presidente da Associação da Família Taxista, o Luis Adriano, manifestaram-se, nós tivemos, inclusive depois, o contraponto, pelo Presidente da EPTC, destacando que, por se tratar de ser permissionário, de haver uma concessão pública, o sistema de monitoramento é uma medida que se impõe, é necessário que isso aconteça. Até um dos representantes, enfim, se manifestou, dizendo: “Como é que eu vou ir com meu táxi a Gramado?”. Ele chegou a fazer uma referência nesse sentido. E o Presidente da EPTC fez o contraponto dizendo que, por se tratar de uma concessão, e uma permissão, na verdade, ele deveria estar ativo nas ruas da cidade de Porto Alegre atendendo à sua população. Portanto, trago a contribuição ao debate, Ver. Kopittke, nesse sentido.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e a todas, nós estamos aqui, Sr. Presidente, discutindo Emendas importantíssimas e de uma maneira bastante difícil de discuti-las, porque estamos colocando tudo no mesmo bolo da discussão.

Presidente, os Vereadores têm vindo aqui e falado genericamente de todas as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Desculpe interrompê-lo, mas é só para um esclarecimento: a Emenda que está em votação agora e que foi destacada, neste momento, é a de nº 01.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Bom, primeiro, a respeito do que o Ver. Nedel colocou sobre uma preocupação com o Governo do Estado, que, segundo ele, não teria sistemas ainda para absorver essas informações. Bem, eu diria que esse é um problema do Governo do Estado, que não ficará obrigado, por uma Lei Municipal, logicamente, a executar uma política, a despender recursos. Simplesmente serão disponibilizados dados aos órgãos de segurança do Governo do Estado, e aí, se o Governo do Estado tem ou

não capacidade para gerenciá-los, é uma outra discussão, pois não cabe a esta Câmara fazer leis em âmbito estadual. Nós temos que dar um passo à frente e disponibilizar esses dados aos órgãos da Secretaria de Segurança.

O Ver. Sabino citou o exemplo de uma empresa privada de táxis, citando inclusive o nome. Que bom que isso funciona, em uma empresa talvez, mas sabemos que nem todos os táxis estão ligados a cooperativas, ou detêm esse sistema de segurança. Então me parece que, tratando-se de Segurança pública, não é o caso de deixar para os privados o seu próprio controle. Se funciona num caso específico, vamos aprender com eles, mas vamos tornar isso um sistema público de informação, que, aliás, é para a segurança do próprio taxista. Eu acredito que um taxista, no momento em que está sofrendo uma violência, sendo assaltado, poder apertar ali o botãozinho, acionando um sistema de segurança direto com a Polícia Civil, com a Brigada Militar. É algo em defesa da sua própria integridade. Então me parece difícil ser contra, simplesmente, a uma lei que permite a possibilidade de disponibilizar os dados. E, aliás, estamos num contexto em que dados abertos estão colocados em todas as áreas, como é o caso que o Ver. Bernardino colocou aqui sobre a questão dos salários. Aliás, antes de abrirem os salários do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, algo que aconteceu recentemente, era justamente esta uma das linhas: “Não vamos abrir porque isso poderá colocar os juízes, promotores, procuradores do Estado e desembargadores em risco de sequestros.” Bom, quem não sabe o quanto ganha... Já se sabia que os salários eram mais ou menos aqueles. Então, há sempre esse argumento – eu diria – terrorista. E aqui me parece que há um excesso de conservadorismo, de não querer permitir nem mesmo que os órgãos da Segurança pública tenham acesso a informações tão importantes, que garantem, em primeira e em última análise, a segurança do cidadão e do próprio taxista. Então me parece incrível não conseguirmos avançar pelo menos nesse ponto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Nereu D’ Avila está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13.

Solicito que a Ver.^a Sofia Cavedon me substitua na presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. NEREU D'AVILA: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos assistem na tarde de hoje. Primeiro, eu quero dizer que a Emenda destacada foi apresentada na Comissão de Constituição e Justiça com uma Justificativa benfeita e, já que somos o Relator dessa matéria, nós fizemos um alentado Parecer que consta nas fls. 17, 18, 19, 20 e 21, do Processo, contestando esta Emenda. Agora, aqui no plenário, na última hora, oportunisticamente, em última hora, a Emenda é reapresentada. Aliás, a Emenda não foi só rejeitada pelos Vereadores da Comissão – os Vereadores da Comissão que estão aqui são testemunhas –, mas também no debate oportunizado pelo Ver. Waldir Canal, que requereu por escrito. No Plenário Ana Terra, foi realizado um debate muito bom, com a presença de todas as lideranças dos taxistas, e de alguns taxistas, sendo que eles também foram contrários às Emendas de números 01 e 02, do Ver. Alberto Kopittke. Portanto, não só a Comissão foi contrária, mas os taxistas e o Governo também. Então, tudo bem, é um direito do Vereador reapresentar, mas somos obrigados a dizer a verdade: a Emenda foi rejeitada pela Comissão, por taxistas e pelas lideranças de setores dos taxistas.

Claro que nem todos os Vereadores puderam ler o Processo, mas, modéstia à parte, coloquei argumentos ponderáveis no meu Parecer, contrário à Emenda.

É claro que não se pode cercear o direito de ninguém, nem se discute isso, mas este Projeto é de tal importância para os taxistas, para os usuários, para Porto Alegre, que é muito temerária a atitude de apresentar Emendas de última hora. Até entendo a intenção e o mérito de algumas emendas, mas eu acho que coerente seria se nós aprovássemos o Projeto na íntegra e rejeitássemos todas as Emendas, porque não há tempo seguro de todos os Vereadores – e aqui estão praticamente 19 ou 20 Vereadores, dos 36 – tomarem conhecimento de todas as Emendas apresentadas agora no plenário, para ver se realmente há mérito de modificar a própria dinâmica que o Projeto do Executivo apresenta, que é importantíssimo.

Pela primeira vez na história de Porto Alegre, os cerca de 4 mil táxis serão monitorados. Como disse o Ver. Sabino, quando leu intervenções daquele debate, havia situações de um taxista ter de ir a Canela, Gramado, ou seja, uma situação que não é da concessão,

da permissão do táxi, situações essas que não era monitoradas e que agora serão. Então o Projeto é da mais alta relevância.

Assim, parece-me que Emendas de última hora, Emendas que mudam o contexto... Não é o caso da Emenda que está em destaque, porque essa eu refutei com argumentos ponderados, e repito, pela terceira ou quarta vez: as duas Emendas do Ver. Kopittke foram rejeitadas não só pela Comissão, mas no debate, com o Plenarinho cheio, com a presença de lideranças. O Nazário e o outro presidente estudam, são interessados, são líderes consagrados dos taxistas, e eles deram parecer contrário às Emendas. Se fosse do interesse deles, quase 4.000, eles teriam dito, mas eles criticaram algumas coisas do Projeto. Por exemplo, o presidente dos taxistas disse: “Quem é que vai pagar essa questão do monitoramento nos táxis?” Está no Projeto, dizendo que, possivelmente, será a propaganda, a publicidade. Enfim, foi uma discussão profícua, que, na CCJ, pela iniciativa do Ver. Canal, feita por escrito, e que foi aceita, foi debatida pelo Ver. Pujol e por todos nós, com lideranças responsáveis.

Então, senhores e senhoras, é claro que é um direito absoluto do Vereador apresentar Emendas, inclusive na undécima hora, mas, dada a relevância da matéria... De repente, uma Emenda muda todo o contexto estabelecido, um estudo muito grande; inclusive, a empresa estava cobrando que já estava demorando esse processo, pela tramitação normal na Casa. E eu pedi o art. 81 exatamente para que fosse finalmente votado, já que o debate tinha se estabelecido; os Vereadores tinham conhecimento do debate no Plenarinho Ana Terra, que foi um debate público. Evidentemente não podemos dizer que o art. 81 foi apresentado para atropelar a votação ou para cerceá-la. Não, foi pedido, porque a importância do Projeto assim o recomendava.

Encerrando, quero dizer, com todo o respeito às Emendas apresentadas, que o melhor seria, nesta tarde, aprovarmos o Projeto, na sua íntegra, e rejeitarmos todas as Emendas. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 01, destacada, ao PLE n^o 007/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sra. Presidente, Sofia Cavedon; meus colegas Vereadores e Vereadoras; lideranças dos taxistas aqui presentes; venho aqui, em nome da minha

Bancada, a do Partido dos Trabalhadores, ratificar a Emenda apresentada pelo colega Ver. Alberto Kopittke.

Início me dirigindo ao Ver. Nereu D'Avila, que cometeu um equívoco muito grave aqui, quando na sua fala expôs a contradição: a Emenda não é de última hora. A Emenda foi apresentada lá no início do Projeto, Ver. Nereu. V. Exa. diz que a Emenda é de última hora; não é de última hora! A Emenda foi apresentada e percorreu o trâmite normal, junto com o Processo, até agora. Só passou por uma Comissão porque foi pedido o art. 81 em relação ao Projeto; portanto, ela é legítima e não é oportunista.

Segunda questão: nós estamos tratando, aqui, de um tema que diz respeito à inovação, à tecnologia, à questão da utilização dos dados públicos que possam ser utilizados em sistemas de controle e sistemas abertos. E aqui eu vou fazer uma referência que a imprensa noticiou de uma forma pejorativa, e eu acho que não deveria ter sido daquela maneira, quando retratou que alguns colegas, há 15 dias, foram aos Estados Unidos, a San Francisco – os colegas Valter, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel e Alberto Kopittke –, ao Vale do Silício, visitar justamente os sistemas de inovação, de tecnologia e de dados abertos. E um dos sistemas que foi analisado e visto lá foi esse. E o Ver. Alberto Kopittke apresenta, aqui, como resultado, junto com os demais colegas, uma análise do que foi visto. E aí, vejam só, se o sistema que institui o monitoramento da frota de transporte público individual por táxi em Porto Alegre... E os colegas que vieram aqui se manifestar contra a Emenda estão dizendo que esses dados não podem ser utilizados pela Polícia Civil, pela Brigada Militar num sistema aberto em tempo real. Vejam só a contradição que existe. Porque se estiver monitorado e der um problema de assalto aos taxistas que ali estão, a polícia vai ver isso em tempo real e vai conseguir fazer uma análise, vai conseguir montar a estratégia para poder evitar, inclusive, que alguns crimes bárbaros possam vir a acontecer. A Emenda nº 01 diz isto: “que o sistema de monitoramento deverá permitir a elaboração de relatórios georreferenciados contendo percursos e recorrência do itinerário; que todas as informações deverão ser disponibilizadas mensalmente à Brigada Militar e à Polícia Civil para fins de análise e ação preventiva da Segurança pública; e, terceiro, diz que o sistema deverá estar disponibilizado em tempo real à Central de Monitoramento da Segurança Pública do Estado”. A Emenda diz isso! Portanto, não é nada do que foi dito aqui, que é tornar público para que cada cidadão possa identificar; não, isso aqui integra o sistema de segurança do Município com o

Estado. E nós temos dito e defendido sempre que Segurança pública não é só responsabilidade do Município, não é só responsabilidade do Estado, e não é só responsabilidade da União; é responsabilidade dos três entes federativos integrados. Esta Emenda não traz nenhum ônus. Os Vereadores que me antecederam disseram que é ônus para o Estado. Venho aqui, em nome do PT e em nome do Governo do Estado, dizer que será bem-vinda, ao Governo do Estado, esta Emenda, porque tem condições de ser integrada ao sistema já existente.

Então, peço aos colegas para que reconsiderem e leiam a Emenda que quer integrar o sistema da EPTC à Brigada e à Polícia Civil. Nada mais do que isso. E que a Polícia Civil possa agir em tempo real. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Nereu D'Avila, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 4 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**. Não há quórum para deliberarmos.

(17h40min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

Esta Pauta Especial refere-se ao PLE nº 018/13, que dispõe sobre o Plano Plurianual. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quando o Prefeito trouxe esse Plano Plurianual, o Vereador Líder do Governo acentuou a relevância deste Projeto. O Ver. Ferronato, com a experiência de funcionário fazendário, acentuou, nessa circunstância muito especial, que há alguns anos nós viemos nos perguntando, com relação a matérias orçamentárias, da elaboração dos outros projetos de lei, tanto dos orçamentos anuais quanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para o quadriênio em que se realiza a Administração. No caso concreto, nós

estamos observando que nos inúmeros elementos que contém o Projeto, e confirmando o que diz a Exposição de Motivos, o Governo pretende estabelecer como diretriz estratégica da Administração Pública no Município de Porto Alegre, quer seja da Administração direta, quer seja da Administração indireta, e em todo esse período de 2014 a 2017, as seguintes e fundamentais prioridades: I – aprofundar a relação com a Sociedade com base nos princípios da transparência, transversalidade, territorialidade e liderança; II – garantir a Pluralidade por meio do Orçamento Participativo e da Governança Solidária Local; III – promover a inclusão social; IV – ser referência em qualidade de vida; V – garantir à população o acesso universal à arte, diversão e esporte; VI – ampliar políticas públicas para a defesa dos direitos humanos aos grupos vulneráveis, além de garantir a proteção para os animais por meio da defesa dos seus direitos; VII – incentivar o desenvolvimento econômico da cidade com inovação; VIII – construir um ambiente sustentável e participativo; IX – buscar a excelência na Prestação de Serviços; X – modernizar a Administração Pública com o aprofundamento do Modelo de Gestão vigente; XI – manter o quadro de servidores motivados, capacitados e comprometidos com a melhoria da gestão; XII – buscar o equilíbrio nas contas Públicas; e XIII – garantir a qualidade do evento Copa do Mundo em Porto Alegre por meio de intervenções que tragam legado positivo para cidade quanto às melhorias urbanas e ao engajamento social. Tudo isso, Sr. Presidente, como diretrizes prioritárias agigantam o espectro da proposta de ação política do Governo Fortunati neste quadriênio que se iniciou em janeiro do corrente ano e que será prolongado até 2017, quando, em 31 de dezembro, se encerrará o período da administração de José Fortunati. Como observam, especialmente com a ênfase dada no item 3 da proposta, que fala da promoção da inclusão social, e, no item 4, que fala de buscar a referência na qualidade de vida, tudo isso somado com o quinto, que quer garantir à população o acesso universal à arte, à diversão e ao esporte, tudo isso, Sra. Presidente, de forma permanente durante esse quadriênio, com ênfase, obviamente, neste ano de 2013 e na metade do ano de 2014, nesse macroevento esportivo que a Cidade irá sediar, Ver. Tarciso, que são os jogos que aqui serão desenvolvidos com a participação do Município de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul na competição magna do futebol internacional... Ora, Sra. Presidente, essas palavras ditas isoladamente podem não ter um impacto mais profundo, mas, em verdade, traduzem uma vontade, um objetivo, um propósito que haverá de ser alcançado com a transversalidade

preconizada, com a múltipla participação de todos os segmentos da Administração municipal. É lógico que o acesso à arte não será apenas uma tarefa da Secretaria de Cultura do Município; deverá ser uma integração de esforço coletivo de todos os órgãos de ponta da municipalidade, como de resto, também, a diversão e o esporte haverão de ser atingidos por meios diversos e não exclusivamente naquelas áreas que mais diretamente sejam pertinentes a esse objetivo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, eu inauguro hoje, com este pronunciamento, o debate em torno do nosso Plano Plurianual, que, obviamente, haverá de merecer observações, reparos, críticas e apoios do sodalício como um todo, eis que, sabidamente, isso é uma inovação que o País tem no último decênio. Decorre dos novos conceitos de responsabilidade fiscal, em boa hora introduzidos neste País na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se começou a olhar o Orçamento de forma responsável, séria, conseqüente e objetiva.

Hoje, dir-se-á que um objetivo ainda está por ser alcançado: é aquele que tramita no Congresso Nacional com razões específicas de nos aumentar a esperança de que possa ser transformado em lei ainda este ano, que nos fala do Orçamento impositivo, que retiraria definitivamente essa nódoa que paira sobre os orçamentos nacionais de se transformarem numa peça de ficção, na medida em que eles não são rigorosamente cumpridos. É um passo definitivo, necessário, absolutamente desejável que precisa ser dado dentro da estrutura da organização político-legislativa deste País, e que nos parece, a entender como sinceras as manifestações que temos ouvido de ilustres Parlamentares de greis políticas diferenciadas, que seja hoje, mais do que nunca, próximo de ser atingido e próximo de ser transformado em realidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.). Por isso concluo, Sra. Presidente, dizendo que esta minha participação na exordial do debate em torno do nosso Plano Plurianual dá-se sob esse fundamento, especialmente pelo meu regozijo, pela consumação, pela efetiva entronização, na vida pública nacional, dessas ferramentas e pela minha expectativa, Ver. Kopitkke, de que o Orçamento impositivo possa ser uma conquista que a sociedade brasileira venha a festejar ainda ao longo do corrente ano. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Caros colegas, como todos sabem, os cidadãos que nos assistem, esta é ou deveria ser a discussão mais importante desta Casa ao longo dos próximos quatro anos. Deveriam estar aqui, de forma consolidada e inamovível, as diretrizes e os fundamentos de toda a gestão do nosso Município para os seus próximos quatro anos. Todo o Orçamento do Município deveria ser regido – os seus fundamentos – por esta Peça aqui. Como nós todos sabemos, infelizmente este modelo de gestão baseado no PPA, que foi um grande acréscimo, um grande avanço para a gestão pública brasileira há 20 anos, quando se construiu, hoje se encontra totalmente defasado. Esta Peça – não só em Porto Alegre, mas é importante fazer este debate –, como o Ver. Pujol muito bem colocou, precisa ganhar um novo *status*, precisa se tornar, efetivamente – eu tenho essa opinião pessoal, não falo em nome da Bancada do PT porque não tivemos oportunidade de discutir esse tema –, um orçamento impositivo. E que caiba à Administração pública implementar os objetivos, as metas já desenhadas aqui por aquele que venceu a eleição. Isso seria fundamental para melhorar o gasto público da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Com esta opinião de fundo, eu quero aqui trazer duas preocupações em nome da Bancada e uma pessoal, deste Vereador. Em primeiro lugar, analisando os últimos quatro anos e projetando os próximos quatro – é para isso que esta Peça nos chama, para essa reflexão –, eu trago uma grande preocupação da Bancada do Partido dos Trabalhadores com o comprometimento do Orçamento do Município em razão do inchaço de CCs, que toma conta da Administração municipal. Nós tivemos um salto, nesses últimos dois anos, no comprometimento do Orçamento do Município com pessoal, mas não por reajustes dos servidores, que vêm mantendo uma linha contínua; foi um salto em razão do aumento do número de CCs para contemplar essa grande aliança política nos mais diversos espaços do Município, causando alguns episódios como os que estamos vendo e acabamos de ver aqui com a PROCEMPA e em outros locais da Administração Municipal. Esse inchaço pode comprometer o futuro de Porto Alegre se continuar nesse ritmo. Mais

pág. 47

dois anos nesse ritmo de inchaço com cargos políticos, Ver.^a Sofia... Tanto falaram dos companheiros do PT, que administravam, que assumiam Cargos em Comissão, pois agora quase já duplicaram o comprometimento da Receita com Cargos em Comissão, na contramão da boa Administração pública que o Ver. Pujol acabou aqui de comentar, que teria de se tornar mais enxuta, valorizando os servidores, e os Cargos em Comissão tendo funções efetivamente de gerenciamento e não as mais diversas funções como nós temos hoje. E por que isso pode comprometer o que está aqui? Porque, sem limite orçamentário, nós não conseguimos pagar as contrapartidas para os financiamentos e para as obras que o Governo Federal vem disponibilizando aqui para a Cidade. Nós precisamos garantir pelo menos as contrapartidas deste novo momento do nosso País. Se nós não soubermos bem aproveitar este momento para as obras de saneamento e moradia – a nossa Capital, infelizmente, no conjunto das cidades da Região Metropolitana, é uma das que menos tem conseguido efetivar esse importante elemento da gestão pública, que é o acesso à moradia através do Minha Casa Minha Vida –, nós não vamos conseguir avançar.

O segundo tema, o qual o Ver. Mauro tem trazido aqui, analisando o que se passou e projetando o que vem pela frente, é a redução da arrecadação do IPTU na nossa Cidade. Nós temos um crescimento do ITBI – o que comprova o bom momento da economia, os novos empreendimentos, as novas casas sendo compradas –, mas, por outro lado, a Prefeitura não consegue inserir esses empreendimentos na sua arrecadação ordinária através da sua mais importante Receita, que é o IPTU. Se isso continuar nos próximos quatro anos, também pode comprometer a gestão pública e a saúde financeira do Município de Porto Alegre.

Ditos esses dois temas do comprometimento da Receita com os Cargos em Comissão, com os apoiadores políticos, e dita essa preocupação com o comprometimento da arrecadação do IPTU do Município, trago aqui uma preocupação deste Parlamentar que vem debatendo o tema da Segurança pública – e foi este o compromisso que assumi durante as eleições: para a minha tristeza, mais uma vez, ao olhar o Orçamento do Município de Porto Alegre, o Prefeito José Fortunati se comprometeu a garantir, nesses 4 anos, apenas 0,1% do Orçamento da Prefeitura Municipal com Segurança pública! A segunda maior preocupação, Ver. Brasinha, é que tem sido apontado, no Plano Plurianual

– e nós podemos mudar isso –, apenas 0,1%, o menor Orçamento entre todos os programas aqui apresentados, e isso eu não posso deixar de apontar.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Cedo um aparte ao Ver. Brasinha, companheiro de time tricolor.

O Sr. Alceu Brasinha: Graças a Deus! Eu, realmente, tenho uma grande admiração por V. Exa., pois V. Exa. trabalha muito bem. Aliás, somos parceiros de time, torcemos muito pelo Grêmio. Vereador, eu vi que V. Exa. falou do inchaço público devido à quantidade de CCs. Realmente, lá atrás, quando vocês ficaram por 16 anos, ou seja, 5.844 dias no Governo Municipal, havia muito poucos CCs, como sempre foi relatado, mas, Vereador, a Prefeitura Municipal ficou tão literalmente quebrada, sucateada, que o Prefeito Fogaça não tinha dinheiro nem para pagar a primeira prestação da 3ª Perimetral. Gostaria que V. Exa. me explicasse como é que isso aconteceu. Obrigado

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Com certeza, apesar de que, naquele período dos 16 anos, eu só tivesse 10 anos de vida. Eu procuro sempre olhar para o futuro, não sou daqueles que vivem mirando o passado – sejam coisas boas ou ruins, quero olhar o futuro da Cidade –, mas eu respondo a Vossa Excelência. Primeiro, por um grande motivo: o gatilho do funcionalismo municipal, que, por vários e vários anos, garantiu reajustes a cada dois meses. E também por um segundo motivo, com o qual sei que V. Exa. concorda: porque, naquela época, vivíamos atrelados a um Governo Federal que não tinha nenhum tipo de política de apoio aos Municípios como nós temos hoje; um Governo que sucateou o SUS, que sucateou a verba do Fundeb. Então, é por isso que efetivamente se viveu aquela difícil realidade econômica em todo o País, não só em Porto Alegre. Mas tenho certeza de que, juntos, vamos seguir trilhando, com a Presidente Dilma e o Governador Tarso Genro, na busca do que há de melhor para Porto Alegre.

Por fim, agradecendo, registro essa preocupação, aproveitando a oportunidade desta Casa, já que tantas e tantas vezes talvez tenha sido o tema mais falado aqui neste púlpito ao longo desses seis meses, o tema da Segurança pública, pelos Vereadores da

situação, com qualidade e preocupação legítima que aflige todos nós. E o Município garante, para os próximos quatro anos – vejam os que nos assistem em casa –, apenas 0,1% para a Segurança pública do nosso Município! Se nós pegarmos os programas sociais, a Segurança pública não passa também desse nível. Então trago essa preocupação, tendo a certeza de que, com o comprometimento dos colegas com esse tema, nós vamos conseguir dar ao próprio Secretário Municipal de Segurança, que será o gestor dessa verba, melhores condições de diminuir a violência do Município de Porto Alegre. Já mostramos aqui, inúmeras vezes, que isso só é possível se o Município se comprometer com esse tema, se o Prefeito não se imiscuir dessa responsabilidade, e se nós trabalharmos de forma integrada com o Governo do Estado e com a Presidente da República. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente Sofia, hoje eu botei uma gravata cor-de-rosa em homenagem às mulheres apaixonadas, e espero que seja esse o seu caso.

Eu queria dizer ao Ver. Alberto Kopittke que ele estava com uma audiência enorme na Casa. Eu o escutei lá do gabinete, eu fazia um pequeno lanche, e o ouvi reclamando dos CCs e das coisas todas.

Mas eu queria falar de um assunto que aconteceu nesta madrugada, muito importante para o Rio Grande do Sul: na semana passada, vi uma festa fantástica quando levantaram as cancelas – a fotografia, inclusive, foi feita com uma cancela fria, ela não estava lá, foram buscar no meio do mato, e há dúvidas de que seja mesmo uma cancela – , e, ao levantarem as cancelas, viram que não havia pedágio. Mas isso não durou muito, Ver. Alceu Brasinha. Sabe o que aconteceu hoje? Os pedágios voltaram. E mais: o serviço nas estradas baixou: não tem guincho, não tem atendimento médico. E eu escutei o Bertotto, que é um homem bom e honesto, dizendo: “Vamos ver se, com esse preço, dá para fazer a manutenção das estradas”. Mas estão estudando todo esse tempo para intervir e não sabem se dá ou não para manter o preço do pedágio? Então foi uma grande mentira para o Rio Grande; na verdade, foram umas quantas, embutidas num

pág. 50

assunto só, o dos pedágios. O pedágio voltou, e a esculhambação era tanta, na madrugada, que os caminhoneiros que pagavam com vale-pedágio não conseguiam pagar porque não tinha a máquina. Uma coisa tão simples! Não precisa nem ter essas coisas do Vale do Silício, trazidas pelo Ver. Alberto, que, quando esteve lá, viu e trouxe, pois era uma coisa simples: só a máquina que cobra o vale-pedágio dos caminhoneiros. Pois nem isso tinha! Então, esta cancela fria que levantaram lá em Caxias, e essa suposta diminuição de tarifas foi uma grande mentira aplicada para o povo do Rio Grande. Uma grande mentira, porque voltou o pedágio, não há garantia de que as estradas serão melhoradas, e o Rio Grande continuará, provavelmente, por mais um ano, com pirotecnias no Palácio Piratini, assim como também no Palácio do Planalto já estão fazendo algumas para mascarar a inflação. Então as pirotecnias do Piratini vão ter que continuar por mais um bom tempo, até chegar a eleição, para não fazer muito feio, apesar de eu não acreditar que o Governador Tarso Genro vá concorrer à eleição. Do jeito que vai o Governo dele, ele não vai ser candidato, mas, se ele concorrer, provavelmente perderá pela falta de fazer alguma coisa para o povo. O Rio grande virou um lugar onde não tem segurança, não tem estradas, não tem saúde, não tem nada, onde existe uma grande e repetida mentira, e isso o povo do Rio Grande já conhece. Não se promete liquidar com os pedágios e não cumprir. Isso ninguém perdoa, muito menos o povo do Rio Grande. Um grande abraço a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Pauta Especial.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sra. Presidente, venho a esta tribuna, Ver. Cecchim, para discordar de V. Exa, em alguns pontos, sobre o pedágio. Eu não sou do PT – V. Exa. sabe disso –, mas sou um Vereador que reconhece as coisas boas que acontecem no Rio Grande e em Porto Alegre. O Governador teve um ato de coragem, o ato de levantar a cancela, mesmo sendo por pouco tempo – e lá em Farroupilha não haverá mais, ou seja, é um grande ganho para a população. Eu acho que o pedágio não deveria existir, em hipótese alguma, pois a gente já paga IPVA. Então, eu quero discordar de V. Exa., pois acho que o gestor, seja ele Vereador, Prefeito, Governador, Deputado, tem de buscar

uma alternativa, pois não pode mais ser cobrado, em hipótese alguma, o pedágio. O Governador está certo, o Governador tem de ir lá arrebrantar outra vez e, quem sabe, mudar esse Rio Grande. Eu acho que foi um ato de coragem da parte dele. Quantas coisas boas o Governador tem feito para a Cidade e para o Rio Grande? A Polícia Civil, há anos, queria um helicóptero, nunca houve um Governador corajoso que colocasse um helicóptero para a Polícia Civil, mas, hoje, a Polícia Civil está aparelhada com um helicóptero graças ao Governador Tarso Genro; e a Brigada Militar tem helicóptero há um bom tempo e tem feito um bom trabalho. Então, senhor Governador, eu o critico quando tem que ser criticado. Eu criticava muito a Governadora Yeda, quando da obra na Av. Baltazar de Oliveira Garcia. Eu contava os dias para o término do seu Governo, mas, quando ela terminou a Av. Baltazar, eu fui um dos Vereadores que reconheceu a promessa que ela fez. Ela disse para o pequeno comerciante que faria a Av. Baltazar de Oliveira Garcia, eu contava os dias para o término do seu Governo – contava e cobrava, sempre estava lá –, então, quando a Governadora prometeu que iria terminar a Av. Baltazar... Aliás, Ver. Cecchim, sabe quem era o Secretário? Era o Alceu, o mesmo que foi Presidente da Assembleia, que foi Deputado Federal, “esse nosso amigo”, que, junto com o Marcon... Mas como eu dizia anteriormente, o grande problema da Governadora foi a obra da Av. Baltazar de Oliveira Garcia. Eu fui um dos comerciantes que quebrou lá na Av. Baltazar; vários quebraram e, até hoje, não se levantaram mais, justamente por causa da obra na Av. Baltazar de Oliveira Garcia. Então, quando uma Governadora toma uma atitude de realizar uma obra, e terminá-la, na Av. Baltazar, quando um Governador dá um helicóptero para a Polícia Civil, eu tenho que aplaudir. Aplaudo muito o Governador Tarso Genro, porque, na média, ele está indo bem. Mas sou contra o Governador Olívio, ele é meu amigo, mas o Governo dele foi um desastre. Fui assaltado na minha loja e tive que dar pneu e gasolina para a Brigada Militar sair de dentro da loja, porque não tinha! Esse era o Governo do Governador Olívio. Aliás, naquela época, o Secretário de Segurança saiu, depois de um sequestro em um lotação, abraçado com o assaltante, com o sequestrador. Como que um Secretário de Segurança do Estado sai abraçado com um assaltante? Isso não pode acontecer em hipótese alguma! Então eu quero dizer para os senhores que eu critico o nosso Governador, mas eu também reconheço as coisas boas que o Governador Tarso Genro vem fazendo pelo Rio Grande.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alceu Brasinha, se V. Exa. me permitir, eu tenho uma pequena correção ao seu pronunciamento. E nem é um comentário sobre os seus elogios ao Governador Tarso Genro, que não acabou com o pedágio, que está cobrando pedágio adoidado a partir de hoje. Eu queria dizer que V. Exa. se equivocou em um detalhe. V. Exa. disse que quebrou. Não, Brasinha Pneus não quebra nunca, apresenta algumas dificuldades econômico-financeiras, mas supera com trabalho, com denodo e com a sua capacidade inquestionável de grande líder do setor.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Pujol. Vindo do senhor, isso certamente vai me dar mais força para lutar no comércio. Porque, realmente, é difícil estarmos no meio dos gigantes, que vêm lá do outro lado do mundo para nos quebrar.

E eu quero dar os parabéns ao Ver. Cecchim, porque ele foi um Secretário extraordinário, fez o projeto do Alvará Provisório, que ajudou muito o pequeno comerciante. Ver. Idenir Cecchim, o senhor fez história na Cidade e vai continuar fazendo. V. Exa. será uma referência. Outro Secretário jamais teve a qualidade e a grandeza de apresentar esse Projeto. Então, o Ver. Idenir Cecchim está de parabéns também.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigado, Ver. Cláudio Janta, que, sempre, até o final da Sessão, está presente fazendo o debate, no qual fiz questão também de participar, porque nós delinearemos, Ver. Reginaldo Pujol, que também me ouve com atenção, com o esperado Plano Plurianual, os próximos quatro anos. É que para este ano, o ano de 2013, o primeiro ano do Prefeito Fortunati, o que está valendo, Ver. Cecchim, é o Plano Plurianual anterior.

Bem, eu tenho algumas expectativas e hoje eu falarei muito pela positiva e não pelo Dia dos Namorados, mas porque este Plano Plurianual enseja uma possibilidade nova de

planejamento da nossa Cidade, ele é um Plano que determina diretrizes para os quatro próximos anos. Deveria, na minha avaliação, vir de uma grande discussão com a cidade de Porto Alegre, esta Cidade que inventou, reinventou formas de exercer democracia, de forma direta, incidindo sobre o seu Governo, discutindo a sua Cidade. Esta Cidade que tem quase 30 conselhos representativos de setores, este Plano poderia vir com um grande debate. Sei que passou pelo Conselho do Plano do Orçamento Participativo, mas passou, sem discussão, nas regiões, sem debates em região e sem mobilização da população.

Quais são as minhas expectativas? Espero que a gente possa realizar o debate, com profundidade, até agosto, quando votaremos a versão final do Plano. Que, na área da Educação, a gente possa projetar, de fato, pelo menos duas questões que considero importantíssimas: uma, é o cumprimento da Emenda nº 59, da Constituição Federal, Emenda que determina que, até 2016, todas as crianças de quatro e de cinco anos, e os adolescentes, até 17 anos, deverão estar na escola. Essa é uma tarefa hercúlea a ser realizada que, por um lado, com a criança de quatro e cinco anos, é fundamental que nós consigamos abrir turmas próximas às suas casas, portanto nós temos que estabelecer, em Porto Alegre, um regime de colaboração entre Estado e Município e de uma forma acelerada, nós estamos em 2013, nós tínhamos que ter criado, até o ano passado, pelo menos 15.000 vagas de zero a seis, mas, especificamente, quatro e cinco, 3 mil vagas para cumprir metade dessa meta. Então, para cumprir a meta integral, nós chegaremos a 7 ou 8 mil vagas para quatro e cinco anos, e isso, em três anos, exige uma grande mobilização, investimento e articulação com o Estado do Rio Grande do Sul, que tem 240 escolas na Cidade, e nós precisamos construir turmas de pré-escola ali.

Esta Emenda dá um salto na organização da Educação no Brasil, ela diz que a juventude dos 14 aos 17 anos, que hoje, pela atual legislação não é obrigada a estar na escola, deverá estar na escola. Para que a juventude esteja na escola até 2016, não bastará abrir vagas, Ver. Brasinha. Nós temos que ter vagas, mas teremos que ter uma escola de Ensino Médio atrativa e teremos que ter turmas adequadas no Ensino Fundamental, porque, pelo menos 50% dessa juventude ainda está atrasada nos seus estudos, ainda está no Ensino Fundamental, precisa ser estimulada a voltar para escola. Portanto, tem que haver mecanismos de estímulo. Essa juventude precisa ter Educação de Jovens e Adultos, diurna, regionais, que estimulem, que chamem, mas nós precisamos pensar em

outros elementos que cercam essa juventude, como o seu financiamento para que ela volte para a escola. Quer dizer, um trabalho integral de cercamento dos nossos jovens que saíram cedo da escola por inadequação da escola, por trabalho precoce, por família precoce, por drogas, por “n” motivos, e é um grande número de jovens.

Então, o Plano Plurianual precisa pensar todos esses mecanismos e investimentos para que toda a juventude, em 2016, até 17 anos, retorne à escola. Esse é um problema seriíssimo para o Governo Municipal, que precisa articular ações do Governo do Estado, que dá conta do Ensino Médio, articular ações com a assistência social, com o Governo Federal, com bolsa-juventude, sejam mecanismos de estágios, para que a nossa juventude retorne e tenha sucesso escolar. Então, queremos projetar isso no Plano Plurianual, não enxergamos, ainda, no primeiro olhar.

Depois, por outro lado, nós temos o atendimento à educação infantil de 0 a 3 anos, em especial, mais 4 e 5, hoje realizado majoritariamente por escolas infantis comunitárias conveniadas.

Espero que o Plano Plurianual projete a cobertura total dos custos do chamado Convênio Creche Comunitária. Hoje um convênio de 216 instituições privadas cobram, Ver. Brasinha, dos pais, porque não têm cobertura total. Portanto, há barreiras para crianças mais pobres, não conseguem pagar um salário digno para educadores, e esse convênio, hoje, contribui para o retorno dos recursos do Fundeb. Portanto, no Plano Plurianual, nos 4 anos, é possível projetar a cobertura total do Convênio Creche Comunitária, para que essas vagas de educação infantil sejam todas gratuitas e que sejam de qualidade, que a gente possa manter os professores formados, que hoje não recebem um salário diferenciado do educador.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia Cavedon, é um pouquinho meio fora do que a senhora está falando, mas quero dizer que hoje completam-se 162 dias que o Ver. Dib não está aqui. Tenho certeza de que o Ver. Dib gosta muito dos seus discursos, sempre ficava ali, olhando. Agora olhei e não vi o Dib, e disse: “Vou falar para a Ver.^a Sofia Cavedon, 162 dias que o Ver. Dib não está nesta Casa”.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vamos juntos mandar um abraço para o Ver. João Antonio Dib. Eu tenho certeza de que ele aplicava-se muito ao Parlamento, sabe que a discussão do Plurianual, que nós estamos fazendo, é estratégica. Então, eu quero aqui encaminhar a minha fala, dizendo que me dediquei mais à área da Educação porque acho que a gente pode tratar com muito cuidado o Plurianual e projetar, enxergar os temas que nós tratamos aqui, pontualmente, Ver. Reginaldo Pujol, nos quatro anos. Como vamos dar conta dos 4 até os 17 anos, todos na escola, e como vamos cobrir o convênio creche comunitária? Acho que esses dois elementos podem dar um salto de qualidade excepcional em Porto Alegre, e, se nós não projetarmos no Plurianual recursos e políticas, é difícil de realizar.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, eu quero saudá-la porque eu vejo que, pelo menos nas diretrizes, nós concordamos; o modo de fazer nós podemos discutir posteriormente. Mas, e se o acessório segue o principal, e nós concordamos com as diretrizes, já é um excelente começo, um começo muito bom.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Reginaldo Pujol. Eu, então, ainda deixo a provocação de que, tanto na Cultura quanto no Esporte, tratei da Educação. A Cultura e o Esporte, nesses últimos oito anos, isso denunciado por entidades, denunciado por educadores sociais, por agentes culturais, por artistas, pelos professores da nossa Secretaria de Esportes, perdeu recursos. Portanto, esse Plurianual, a partir dessa leitura de que a Cidade reduziu recursos em duas áreas estratégicas, Esporte e Cultura, possa apontar – assim como nós estamos fazendo com a Câmara de Vereadores, que recuperará um pouco a sua condição – uma melhoria no Orçamento dedicado à Cultura e ao Esporte nesta Cidade. E um desafio muito concreto é, dentro da área da Cultura e do Esporte, a continuidade, a realização plena do Complexo Porto Seco. Essa realização depende, sim, de um encaminhamento também nesses quatro anos, porque não se trata apenas da obra definitiva, das arquibancadas, dos camarotes, dos espaços das escolas, mas da ocupação, no ano inteiro, do Complexo Porto Seco. Parece-me que esse tema, bem discutido e encaminhado no Plurianual, pode ter sucesso. E aí falo do tema do carnaval, que V. Exa. gosta e acompanha muito, mas, para além do carnaval, que a Zona

pág. 56

Norte tenha, de fato, um grande complexo cultural naquele lugar. Quem sabe, coletivamente, projetamos esta estrutura definitiva do Complexo Cultural Porto Seco no Plano Plurianual. E convido toda a população para que preste atenção, para que faça emendas populares – nós estamos num período bom agora para isso –, porque se trata da Cidade nos próximos quatro anos. Boa-noite, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Encerra-se a Sessão no dia hoje, que é especial, porque é o Dia dos Namorados, e eu desejo felicidades a todos os namorados.

(Encerra-se a Sessão às 18h23min.)